



RELATÓRIO ANUAL 2022



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

RELATÓRIO ANUAL 2022



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO

ANTONIO FLÁVIO DE OLIVEIRA

SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

MELISSA TORRES SILVEIRA

SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

ALEXANDRE BRANDÃO RODRIGUES

SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

LÍGIA HELENA FERNANDES CARVALHO

CORREGEDOR-GERAL

MARCELO TURELA DE ALMEIDA

DEFENSORA PÚBLICA CHEFE DE GABINETE

REGINA CÉLIA RIZZON BORGES DE MEDEIROS

DEFENSORES PÚBLICOS-ASSESSORES DE GABINETE

MARCELO CANDIAGO

MARCOS VINICIUS MARTINS

DEFENSORES PÚBLICOS-ASSESSORES INSTITUCIONAIS

CAROLINE LIMA E SILVA MAZZOLA PANICHI

SAMARA WILHELM HEERDT

MARCELO MARTINS PITON

TATIANA KOSBY BOEIRA

DEFENSORES PÚBLICOS-ASSESSORES JURÍDICOS

ARION ESCORSIN DE GODOY

FLÁVIA RUMI STEINBRUCH

FABRÍCIO AZEVEDO DE SOUZA

DEFENSORES PÚBLICOS-ASSESSORES ADMINISTRATIVOS

ALICE BACKES DE LEON

ALINE COLLET

TIAGO RODRIGO DOS SANTOS

SUBCORREGEDORA-GERAL

SILVIA PINHEIRO DE BRUM

DEFENSORES PÚBLICOS-CORREGEDORES

ADRIANA SCHEFER DO NASCIMENTO

ALESSANDRA QUINES CRUZ

BARBARA LENZI

FABIANE RUPERTI LONTRA

CENTRO DE ESTUDOS, CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO (CECADEP)

CLEUSA MARIA RIBEIRO TREVISAN

OUVIDORA-GERAL

MARINA RAMOS DERMANN

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO

FELIPE DAROIT

TEXTOS

CAMILA SCHÄFER

FELIPE DAROIT

DIAGRAMAÇÃO

THIAGO SILVEIRA DE OLIVEIRA

REVISÃO

CAMILA SCHÄFER

FRANCIELLE DA SILVA CAETANO

JORNALISTA RESPONSÁVEL

FELIPE DAROIT

REALIZAÇÃO

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SUMÁRIO

- 6** PALAVRA DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO
- 8** A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- 13** NÚMEROS DE ATENDIMENTOS
- 17** GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
- 21** SUBDEFENSORIA INSTITUCIONAL
- 28** SUBDEFENSORIA ADMINISTRATIVA
- 35** SUBDEFENSORIA JURÍDICA

41 ÁREAS DE ATUAÇÃO

- 43 CÍVEL
- 46 CONSUMIDOR E TUTELAS COLETIVAS
- 49 CRIANÇA E ADOLESCENTE
- 53 DEFESA CRIMINAL
- 57 DEFESA AGRÁRIA E MORADIA
- 60 DIREITOS HUMANOS
- 63 EXECUÇÃO PENAL
- 67 DIREITOS DAS FAMÍLIAS
- 69 MULHER
- 72 SAÚDE
- 75 IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL
- 77 DEFESA DA PESSOA IDOSA
- 80 POPULAÇÃO LGBTQIA+
- 83 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
- 85 DEFENSORIA ITINERANTE

89 POR DENTRO DA DEFENSORIA

- 90 CONSELHO SUPERIOR
- 91 CORREGEDORIA-GERAL
- 94 CENTRO DE ESTUDOS, DE CAPACITAÇÃO E DE APERFEIÇOAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA - CECADep
- 96 OUVIDORIA-GERAL
- 98 ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

PALAVRA DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO



Mesmo com o país ainda impactado pela crise econômica, a Defensoria Pública do Estado do RS se destaca e reforça cada vez mais a garantia de igualdade, despontando como uma das mais relevantes instituições públicas, comprometida com a democracia e a construção de uma sociedade justa, fraterna e solidária.

Os números apresentados neste Relatório Anual, que compreende o período entre setembro de 2021 e setembro de 2022, corroboram e demonstram o quanto milhares de pessoas dependem da nossa instituição. Mesmo com o menor orçamento dos integrantes do sistema de justiça, a Defensoria Pública realizou **2 milhões de atendimentos**, ou seja, 25% a mais do que o registrado entre setembro de 2020 e setembro de 2021. Trata-se de um marco histórico: pela primeira vez atendemos um número tão grande de pessoas em um único ano.

Afetados pelos evidentes impactos ainda decorrentes da pandemia, 256 mil novos assistidos buscaram o acesso à justiça gratuita por meio da Defensoria no período, 21% a mais que no período anterior.

Diante das inúmeras dificuldades, priorizamos a empatia, o atendimento olho no olho, afinal, somos e sempre seremos uma instituição de pessoas para pessoas. De maneira alguma trataremos um assistido como um simples processo. Pelo contrário, valorizamos o senso de humanidade, pois muitas famílias, que sequer sabem se terão uma refeição no dia seguinte, depositam suas esperanças em nosso trabalho.

Para atender essa demanda, realizamos inúmeras campanhas e mutirões, fomentando, principalmente, a resolução de conflitos extrajudicialmente. Mais recentemente, através de Ações Civis Públicas, garantimos passe livre nos ônibus em diversas cidades e asseguramos que milhares de eleitores pudessem exercer a cidadania pelo voto.

Hoje, graças ao trabalho de gestão aliado à experiência, estamos presentes em todas as comarcas do RS. Em Uruguaiana, inauguramos a primeira sede construída com recursos próprios. Além disso, entregamos dezenas de outras obras, proporcionando mais conforto, segurança e acessibilidade aos servidores, defensores, assistidos, voluntários e terceirizados.

Fundamental para o crescimento institucional, fortalecemos nossa relação com os demais Poderes e instituições autônomas e estivemos presentes nos principais debates sobre o presente e o futuro do RS, por meio do Conselho de Estado.

Por fim, agradeço aos defensores, servidores, estagiários, terceirizados e voluntários que trabalham intensamente para que a população em situação de vulnerabilidade possa exercer seus direitos fundamentais e seja, acima de tudo, ouvida e acolhida com afeto.

Somos a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, a instituição de confiança dos gaúchos e gaúchas e reafirmamos nosso compromisso com a sociedade, asseverando que continuaremos atentos, atuando em prol da justiça e do exercício de humanidade em favor dos mais necessitados.



Antonio Flávio de Oliveira

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, cuja atribuição – como expressão e instrumento do regime democrático – é oferecer a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, às pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, social ou jurídica, de conformidade com o **artigo 134 da Constituição Federal**.

São consideradas vulneráveis as pessoas que, em razão de sua idade, gênero, estado físico ou mental, ou por circunstâncias sociais, econômicas, étnicas ou culturais, encontram especiais dificuldades em exercer com plenitude, perante o sistema de justiça, os direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico.

Com a missão de garantir os princípios constitucionais de acesso à justiça e à igualdade entre as partes, bem como de zelar pela efetivação dos direitos fundamentais a todos, a Defensoria Pública desponta como uma das mais relevantes instituições públicas, fundamentalmente comprometida com a democracia, a efetividade da Constituição Federal e a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária.



MISSÃO

Atuar como instrumento constitucional do Estado Democrático de Direito para garantir o acesso à justiça, a promoção dos direitos humanos e o exercício dos direitos às pessoas em situação de vulnerabilidade.

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como instituição de excelência, imprescindível à garantia dos direitos humanos e do acesso à justiça.

VALORES

Ética e Respeito.
Foco em Resultado.
Confiabilidade e Credibilidade.
Valorização das Pessoas.
Acolhimento e Humanidade.
Comprometimento e Engajamento de Todos.
Transparência.

QUANTOS SOMOS

DEFENSORES PÚBLICOS

434

SERVIDORES

267

analistas

443

técnicos

ESTAGIÁRIOS

1.201

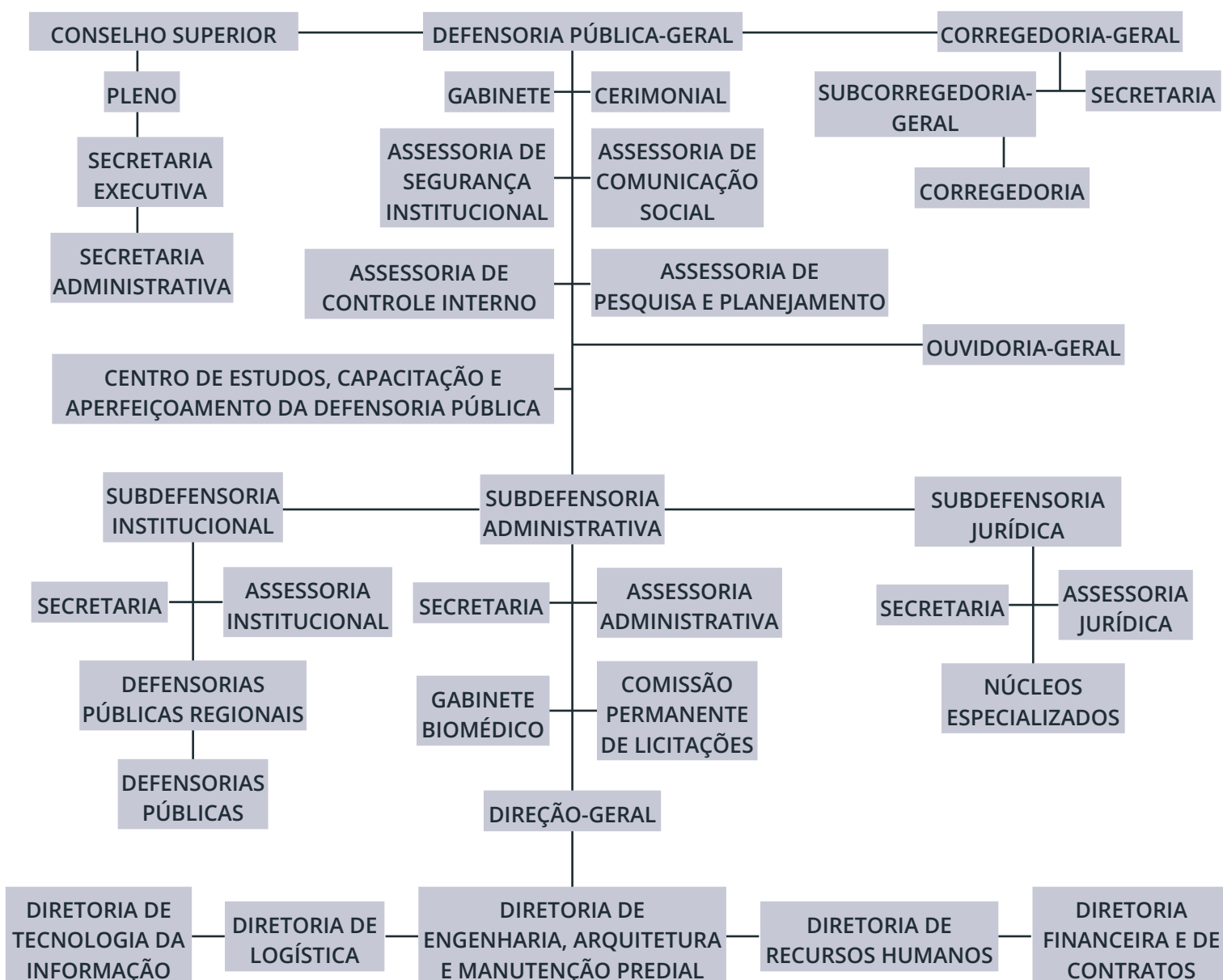
remunerados

180

voluntários



ORGANOGRAMA



NÚMEROS DE ATENDIMENTOS

2 MILHÕES

DE ATENDIMENTOS

25% A MAIS DO QUE O REGISTRADO
NO PERÍODO DO RELATÓRIO ANTERIOR



256 MIL

NOVOS ASSISTIDOS

21% A MAIS DO QUE O REGISTRADO
NO PERÍODO DO RELATÓRIO ANTERIOR



Áreas mais demandadas dos atendimentos

Cível: **974 mil**

Família: **497 mil**

Crime: **187 mil**

Jefaz/Turma Recursal da Fazenda Pública: **121 mil**

Execução Penal: **107 mil**

Jij - Cível: **72 mil**

Fazenda Pública: **24 mil**

Violência Doméstica (Ofensor/Réu): **16 mil**

Violência Doméstica (Vítima): **10,5 mil**

Jecrim/Turma Recursal Criminal: **6,5 mil**

Jij - Ato Infracional: **6 mil**

Jecível / Turmas Recursais Cíveis: **5,5 mil**

Jij - Medida Socioeducativa: **3 mil**

Procedimento Administrativo: **2,5 mil**

Tutelas Coletivas: **268**

Infância e Juventude: **253**

NÚMERO DE PETICIONAMENTOS

Solicitações feitas pelos defensores públicos à justiça

1,6 MILHÃO

DE PETICIONAMENTOS

45% A MAIS DO QUE O REGISTRADO
NO PERÍODO DO RELATÓRIO ANTERIOR

Áreas mais demandadas dos petições

Cível: **568.312**

Família: **363.118**

Crime: **343.030**

Execução Penal: **139.601**

Jefaz/Turma Recursal da Fazenda Pública: **91.259**

Jij - Cível: **67.450**

Violência Doméstica (Ofensor/Réu): **29.496**

Jij - Ato Infracional: **22.698**

Fazenda Pública: **20.759**

Jecrim/Turma Recursal Criminal: **14.899**

Violência Doméstica (Vítima): **14.420**

Jij - Medida Socioeducativa: **10.573**

Jecível / Turmas Recursais Cíveis: **2.453**

Procedimento Administrativo: **2.184**

Tutelas Coletivas: **302**

Infância e Juventude: **128**

1.878.920

INTIMAÇÕES ELETRÔNICAS
RECEBIDAS

86% a mais do que o registrado
no período do relatório anterior

148.150

PROCESSOS FÍSICOS
RECEBIDOS

51% a menos do que o registrado
no período do relatório anterior



GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

Em agosto de 2022, a Defensoria Pública do RS adotou o telefone 129 para atendimento ao público. Além da capital, os moradores de Viamão, Gravataí, Alvorada, Canoas, Cachoeirinha, Sapucaia do Sul, Esteio e Guaíba podem utilizar esse número para obter informações sobre endereços e horários de atendimento, lista mínima de documentos para o atendimento presencial, andamento de processos, entre outros.



A DPE/RS aderiu ao Movimento Rio Grande Contra a Fome, da Assembleia Legislativa, que teve início em 15 de junho de 2022. O projeto tem como objetivo combater a fome e a insegurança alimentar que afeta cerca de 1 milhão de gaúchos.

No dia 3 de dezembro de 2021 foi realizado, em formato híbrido, o XXIV Encontro Estadual de Defensoras e Defensores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul, após duas edições exclusivamente online. O evento reuniu mais de 350 defensores públicos presencialmente e abordou assuntos como a realidade dos catadores de materiais recicláveis, literatura e psicanálise. Na ocasião também foi entregue o 8º Prêmio ADPERGS de Jornalismo e foi lançada a campanha de arrecadação ao Projeto (Re)volucione seu Ciclo. O objetivo foi angariar doações para a produção e distribuição de bioabsorventes a mulheres privadas de liberdade e servidoras da Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba. O evento contou ainda com sessões de autógrafos de livros escritos por defensores públicos.

No dia 20 de maio de 2022 foi realizado o XXV Encontro Estadual de Defensoras e Defensores Públicos. O evento abordou assuntos como acessibilidade atitudinal, envelhecimento saudável, Lei do Superendividamento, atuação nos Tribunais Superiores, Justiça Restaurativa, atuação coletiva na defesa do consumidor hipervulnerável e tribunal do júri. Mais de 300 defensoras e defensores públicos participaram presencialmente do Encontro.

A Prefeitura de São José do Norte sancionou, em maio de 2022, a Lei Municipal nº 974, que cede um terreno do Município para construção de uma Eco sede da Defensoria Pública do Estado.

A Defensoria Pública do Rio Grande do Sul foi sede da LII Reunião Ordinária do Conselho Nacional das Corregedoras e dos Corregedores Gerais das Defensorias Públicas dos Estados, do Distrito Federal e da União (CNCG), no dia 25 de novembro de 2021. Foi a primeira reunião realizada em formato híbrido, sendo que a maior parte dos participantes esteve no encontro de maneira presencial. Assuntos como a retomada do atendimento presencial e Peticionamento Integrado foram tratados no evento.



No dia 8 de fevereiro de 2022, a DPE/RS entregou o primeiro Selo de Engajamento Social (SENSO). Quem recebeu foi a rede de supermercados Economia e E-Atacarejo, de Carazinho, por manter um percentual de suas vagas de emprego destinadas a pessoas integrantes de grupos vulneráveis (negros, pardos, pessoas com deficiência, idosos e indígenas). O selo já está estampando as sacolas do supermercado. O segundo SENSO foi entregue à Associação Assisense Protetora dos Animais, de São Francisco de Assis, pelo projeto “Cães da Alegria”, desenvolvido em parceria com a DPE/RS, que leva os cachorros

da AAPA para visitação em espaços do município, proporcionando alegria e carinho para a população. O selo tem como objetivo valorizar as iniciativas sociais públicas e privadas de inclusão, estímulo   preservação da dignidade humana, efetivação dos direitos humanos e do acesso à Justiça.

PROPOSIÇÕES DA DPE/RS APROVADAS E SANCIONADAS

PL 93/2018 – Criação das Defensorias Públicas Regionais de Lavras do Sul e Quaraí, bem como os respectivos cargos de defensores públicos e servidores do quadro de pessoal. Aprovado em 16/11/2021 e sancionado em 08/12/2021.

PL 199/2019 – Criação das Defensorias Públicas Regionais de Augusto Pestana, Coronel Bicaco, Salto do Jacuí, Santa Bárbara do Sul e Tapera, bem como os respectivos cargos de defensores públicos e servidores do quadro de pessoal. Aprovado em 14/12/2021 e sancionado em 21/12/2021.

1.693

despachos
proferidos

(PROAS e Workflow)

26

resoluções

17

ordens de
serviço

1.398

solicitações do
peticionamento
integrado

PRINCIPAIS RESOLUÇÕES:

Resolução DPGE nº 24/2021 – Institui e regulamenta o teletrabalho de servidores no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Resolução DPGE nº 31/2021 – Dispõe sobre os fluxos e providências relativas ao atendimento protetivo às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

Resolução DPGE nº 02/2022 – Cria e regulamenta o Centro de Apoio Técnico Especializado (CATE) da Defensoria Pública do Estado e dá outras providências.

Resolução DPGE nº 16/2022 – Cria a DPE NUVEM – Núcleo de Virtualização Especializada Multidefensorias e dá outras providências.

PRINCIPAIS ORDENS DE SERVIÇO:

Ordem de Serviço nº 11/2021 – Dispõe sobre o retorno às atividades presenciais, sobre o trabalho em home office e revoga a Ordem de Serviço nº 04/2021.

Ordem de Serviço nº 08/2022 – Dispõe sobre a 2ª Edição do Projeto “Conversando a Gente se Entende” da Defensoria Pública do Estado e dá outras providências.



SUBDEFENSORIA INSTITUCIONAL

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

NUVEM - Núcleo de Virtualização Especializada Multidefensorias

Serviço de apoio temporário para Defensorias Públicas com demanda extraordinária, bem como para quando houver regime de exceção ou de apoio do Poder Judiciário ou do Ministério Público nas Comarcas, para atuação em intimações de processos eletrônicos.

NUGESP - Núcleo de Gestão Estratégica do Sistema Prisional

Conta com o apoio de uma equipe de defensores públicos para a realização de procedimentos básicos dos presos de 26 comarcas, entre elas Porto Alegre, tais como identificação, triagem e audiências de custódia.

EJI - Equipe do Júri Itinerante

Designação de defensores públicos para apoio nos plenários de júris da capital e do interior do Estado do RS.

RAPP - Registro de Atuação Permanente em Processo

Ferramenta desenvolvida para que as intimações em favor de determinada parte assistida, após a devolução para a SUBINST, passem a ser distribuídas automaticamente para a Defensoria Pública indicada, fugindo, portanto, à regra do órgão julgador.

20

Orientações por drops
enviadas pelo Whatsapp
do Plantão

417

encaminhamentos e
respostas dos pedidos
recebidos pelo formulário
do canal “Fale Conosco”
no site da instituição

ATOS DE ANDAMENTO ORDINÁRIO

Ofícios: **93**

Despachos de mero expediente: **66**

TOTAL: 159

Pedidos de Providências de Agentes via CSI: **2.186**

Entre as principais solicitações e orientações estão:

547 análises de planos de substituição para fins de férias

220 análises de ofícios recebidos

116 análises de pedidos de licenças/afastamentos

111 pedidos de designação em júris

105 análises de intimações devolvidas

47 análises de planos de substituição para fins de folgas

45 dúvidas envolvendo atribuições/competências

44 análises de compartilhamento, busca do agente e demais questões envolvendo substituições/acumulações

de setembro de 2021 até setembro de 2022 foram 2186 atendimentos, tendo sido finalizados 2134 com tempo médio de resolução de 44min.

INSTITUCIONAL

Júri Itinerante – análise, inclusão na pauta e designação de agente para o Júri Itinerante: **137**

Portarias – designação de agentes para atuação excepcional: **525**

Pareceres

Alteração de atribuições (criação, extinção e modificação): **25**

Convênios: **31**

Outros assuntos: **9**

TOTAL: 65

Manifestações

Workflow Pedidos de recusa de atuação nos casos de impedimentos de titulares: **133**

Workflow Pedidos de afastamento: **42**

PROAs: **17**

TOTAL: 192

Flagrantes recebidos das Delegacias de Polícia e encaminhados para os agentes com atribuição: **658**

Intimações

Distribuição manual de **52.293** intimações e vinculação dos defensores públicos para distribuição dos agravos no sistema E-PROC

Plantão de Sobreaviso

Total de **2.6mil** Autos de Prisão em Flagrante analisados

CÂMARA DE CONCILIAÇÃO CRIMINAL

Projeto-piloto da Câmara de Conciliação Criminal é apresentado oficialmente

Em março de 2022, o projeto-piloto da Câmara de Conciliação Criminal foi apresentado oficialmente na Defensoria Pública. O objetivo é tratar adequadamente o conflito criminal dentro de uma nova ótica de resolução que não apenas a perseguição da culpa e da imposição de um castigo coercitivo, solução que é dada pelo sistema tradicional.

A Câmara trabalha a partir da seleção de um conflito regularmente noticiado. Somando-se à notícia, buscará a disposição sincera de vontades de vítima e ofensor. A partir de então, os profissionais conciliadores e mediadores conveniados promoverão encontros de conciliação e mediação com ferramentas próprias para os objetivos de entendimento perseguidos.



“Em resumo, a Câmara Criminal da Defensoria Pública não se preocupa nem defende o agressor, assim como não tutela o agredido. A Câmara busca atender as pessoas com franqueza, transparência, seriedade e responsabilidade, por meio de técnicas próprias de diálogo, com o objetivo de, ao final, alcançar um consenso que, de um lado, restaure no agredido uma sensação de segurança e recomposição de seus prejuízos e, de outro, conscientize e responsabilize o agressor, provocando nele uma sensação de efetiva, sincera e contínua inserção comunitária e social”, explica o coordenador da Câmara, defensor público Sérgio Nodari Monteiro.

A solicitação do programa pode ser feita por defensor público, órgão público ou privado, ou ainda por qualquer pessoa interessada, prejudicada ou afetada por um fato conflitivo ou criminal, pelo telefone **(51) 3210-9300** ou e-mail **acordopenal@defensoria.rs.def.br**.

TOTAL DO HISTÓRICO DE ATIVIDADES

Atendimentos (sem contar audiências): **1.063**

Atendimentos (apenas audiências): **143**

ANPP's (Acordos de Não Perseguição Penal) firmados: **126**

Recusa orientada do assistido ao ANPP: **201**

Não comparecimento do assistido em audiência: **12**

Negociações estabelecidas: **153**

Petições Administrativas Protocoladas: **270**

Petições Judiciais protocoladas: **117**

ATUAÇÃO NO MODELO COLABORATIVO (ABORDAGEM RESTAURATIVA)

Início do serviço: março de 2022 até 08/08/22.

30 casos com abordagens restaurativas iniciadas.

21 casos já devolvidos ao defensor-fonte com encontros individuais/mediações realizadas.

02 casos em fase de etapa de monitoramento de consenso ajustado.

08 casos ativos em etapa de encontros individuais/mediações/círculos em curso.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PORTAL DA DEFENSORIA

O Portal da Defensoria é o principal sistema da instituição, sendo utilizado pelos defensores, servidores e estagiários para atividades como registros dos agendamentos e atendimentos feitos aos assistidos, consulta processual, tarefas, peças, intimações e protocolos eletrônicos, entre outras.

Em função disso, os esforços se concentram em desenvolver novas funcionalidades e melhorias para o mesmo, com intuito de prover um atendimento mais qualificado à população.

Durante o período, as principais funcionalidades/melhorias entregues foram:

Evolução do módulo de tarefas, permitindo agilizar e centralizar as interações entre defensores, servidores e estagiários no que diz respeito ao atendimento dos assistidos, incluindo funcionalidades como criação de etiquetas, notificação de terceiros interessados, exclusão e busca de tarefas, bem como histórico da tarefa, entre outras melhorias.

Continuidade da integração do Portal da Defensoria com o sistema SEEU, do CNJ, responsável pelos processos eletrônicos de execução penal.

Implementação de funcionalidade para distribuição de intimações através de critério equitativo, bem como a possibilidade de dividir a distribuição das mesmas entre defensores.

Criação de ferramenta para registro de atuação permanente em processo.

Melhorias nos recursos para distribuição manual de intimações, para os casos em que não foi possível a distribuição automática.

Desenvolvimento de editor integrado de peças, bem como de gerador de peças automatizado.

Criação de ferramenta para agendamento de protocolo de peças.

Agrupamento de intimações de um mesmo processo e polo, com possibilidade de ações em lote.

Flexibilização de regras relacionadas à atuação antecipada nos casos de novos vínculos (regra de 7 dias).

Inclusão de informações no cadastro de assistidos relacionadas à identidade de gênero e relativas a filhos em idade escolar.

Sinalização de urgência para protocolo de peça.

Flexibilização na configuração de turnos das agendas de atendimentos dos defensores públicos.

Otimizações de desempenho, usabilidade e acessibilidade do sistema.

Melhorias e atualizações nos mecanismos de interoperabilidade com o sistema e-proc.

BUSINESS INTELLIGENCE

O sistema de Business Intelligence, que aborda assuntos como compras, custos, finanças, contratos, patrimônio, estoque, produtividade, pessoal, e outros, é disponibilizado aos gestores da instituição para fins de tomada de decisões. No período, foram desenvolvidas aplicações visando ao acompanhamento da execução orçamentária, projeção de execução do orçamento, à gestão de chamados do sistema CSI, ao índice de carga de acervo, bem como automatizado o processo de coleta de dados oriundos de outros órgãos do Estado, como PROCERGS e SEFAZ, para uso no sistema.

WORKFLOW

O sistema Workflow é utilizado para solicitações de servidores e defensores relativas a questões administrativas e institucionais, como férias, solicitações de compras, remoção de servidores, diárias, arguição de recusa de votação, entre outras.

No período, além de melhorias nos fluxos já existentes, foram criados nos fluxos para solicitações:

Arguição de conflito de atribuição.

Envio de licenças de saúde/nojo/gala.

Requisição de auxílio-saúde.

Requisição de teletrabalho de servidor.

Processo para exoneração.

Acesso aos sistemas GERINT e GERCON.

Comunicação de exercício do magistério.

Afastamento para comparecer a evento.

NOVOS SISTEMAS E MELHORIAS

Visando a ampliar a informatização das atividades da Defensoria Pública, foram implantados novos sistemas, bem como realizadas as seguintes melhorias:

Implantação, em conjunto com a Diretoria de Recursos Humanos, do novo sistema para gestão de estagiários e voluntários, abarcando os processos de seleção, contratação, gestão de contratos e pagamento.

Implantação de sistema para registro de contratos e convênios.

Desenvolvimento de rotinas para geração da folha para pagamento do auxílio-saúde.

Criação e evolução de relatórios para as áreas meio e área-fim.

Atualização da versão do banco de dados do Portal da Defensoria.

SUPORTE DE TI

Foram atendidos mais de 36 mil chamados via Sistema CSI para prestação de suporte em tecnologia da informação no período, um acréscimo de 10% em relação ao número de atendimentos do período passado. Com a retomada dos atendimentos presenciais à população, também houve um crescimento no número de atendimentos presenciais de suporte de TI, devido à demanda represada dos últimos anos. No período foram atendidos cerca de 1,1 mil chamados de forma presencial, sendo que só no mês de agosto de 2022 foram realizados 177 atendimentos, tendo sido instalados mais de 300 novos computadores e mais de 500 monitores, para fins de propiciar uma segunda tela para servidores e estagiários que trabalham com processos eletrônicos.

INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DE TI

Aumento de velocidade de rede nas unidades da Defensoria em todo o estado.

Estruturação da rede de acesso à internet da sede administrativa como sistema autônomo.

Instalação de sistema de videomonitoramento no novo prédio das Defensorias Criminais.

Atualização do sistema anti-malware em todas as estações de trabalho e notebooks, visando aumentar a proteção.

Ampliadas as iniciativas relacionadas à identificação e à correção de vulnerabilidades nos sistemas e infraestrutura da instituição.

Instalação de equipamentos de TI na sede própria da Defensoria Pública em Uruguaiana.

Instalação de telefonia IP nas Defensorias Regionais de São Borja, São Luiz Gonzaga, São Gabriel, Palmeira das Missões, Alegrete e Soledade.

Implantação do 129 para atendimento do Alô Defensoria em Porto Alegre e municípios da região metropolitana.

Estruturação/reestruturação lógica de novas sedes/salas da Defensoria Pública:

Defensorias Criminais em Porto Alegre

Passo Fundo

São Lourenço do Sul

São Luiz Gonzaga

Ijuí

Santo Antônio das Missões

Caçapava do Sul

INVESTIMENTOS/SERVIÇOS CONTRATADOS

Com intuito de aprimorar os serviços de TI, foram contratados novos serviços e bens para a Defensoria:

Desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, no valor anual estimado de R\$1.479.600, visando à evolução do Portal da Defensoria.

Provedor de link de internet para a sede administrativa da Defensoria Pública, para garantir maior disponibilidade na comunicação com a internet.

Provedor para envio de mensagens SMS para os assistidos da Defensoria Pública, através do Portal da Defensoria.

Operação e gestão da Central de Serviços, para atendimentos qualificado dos usuários dos serviços de tecnologia da Defensoria Pública, visando atender o aumento das demandas de suporte relacionadas à TI.

Mão de obra para serviços de cabeamento estruturado, para fins de estruturação e reestruturação de unidades da Defensoria Pública em todo o estado.

Subscrição de licenças do software AutoCAD, para fins de projetos de engenharia.

Subscrição de licenças do software de banco de dados MySQL, responsável pelo armazenamento de dados do Portal da Defensoria.

Subscrição de licenças do software anti-malware McAfee, para proteção das estações de trabalho da instituição.



SUBDEFENSORIA ADMINISTRATIVA

DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

UNIDADE DE PROJETOS

Teve como principais atividades no período o estudo e o desenvolvimento de projetos para novas sedes sustentáveis no Estado, além de atendimento de várias demandas através de chamados na Central de Serviços Integrados (CSI): totalizando 593. Em especial, realizou estudos para aprimoramento da acessibilidade nas sedes, bem como análises quanto à viabilidade de instalação de equipamentos. Também executou projetos para redefinição de layouts, inclusão de novas estações de trabalho, além da realização de avaliações técnicas de imóveis para locação.

UNIDADE DE EXECUÇÃO

Atendeu 360 chamados (uma média de 30/mês) na Central de Serviços Integrados (CSI), com pedidos para: estruturação de sedes novas; reestruturação de sedes existentes; alterações de layout em fóruns e sedes locadas; elaboração de pareceres técnicos de vistoria; avaliações de pedidos de materiais de uso restrito; fiscalização de contratos para aquisição de bens e materiais e; acompanhamento das principais obras da Defensoria Pública.

UNIDADE DE MANUTENÇÃO

Atendeu 1.142 chamados através da Central de Serviços Integrados (CSI). Os chamados estão relacionados a manutenções corretivas (968 chamados) e 45 rotas de manutenções preventivas (174 chamados) das Defensorias Regionais da DPE/RS, em imóveis locados, cedidos ou em salas no interior dos fóruns.

DIRETORIA DE LOGÍSTICA

É responsável por suprir as necessidades para o desenvolvimento da atividade jurisdicional e administrativa da instituição, provendo materiais, bens, serviços, transporte e espaço físico para o adequado funcionamento das atividades executadas na Defensoria Pública. No período, foram registrados no sistema CSI, 7.906 pedidos de competência da Diretoria de Logística pelos usuários, sendo atendidos até o momento 7.840.

Em atuação conjunta com a Direção-Geral e a Unidade de Contratos e Convênios, está renegociando pelo terceiro ano consecutivo os valores das locações quando da renovação e prorrogação dos contratos, gerando economia aos cofres públicos.

GESTÃO DE IMÓVEIS – LOCAÇÕES, CONVÊNIOS E ENCARGOS

Atualmente, existem 109 Defensorias Regionais com sede própria – imóveis locados ou cedidos pelo Estado, e 79 Defensorias Regionais instaladas no interior dos fóruns.

COMPRAS

No período, restou consolidado o Planejamento de Contratações e de Compras, sendo os planejamentos de 2021 e de 2022 executados com êxito, trazendo eficiência para a cadeia de suprimento, previsibilidade orçamentária e economia aos cofres da Defensoria Pública. Ainda, já se encontra planejado o Exercício de 2023, consolidando-se a padronização de materiais de expediente e de infraestruturas, a restar parametrizadas as compras institucionais, por meio dos catálogos base.

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

A Diretoria de Logística executa a Gestão e Fiscalização de 16 contratos de prestação de serviços continuados, bem como emprega diretamente 200 colaboradores nos contratos de terceirizados.

INVENTÁRIO ANUAL

A Defensoria Pública teve um grande avanço sobre o controle patrimonial, especificamente na realização do inventário anual, passando a utilizar o fluxo Inventário Digital (workflow) para executar a tarefa. O inventário abrange os 38.398 bens patrimoniados, distribuídos em 295 centros de custos.

CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA (CDL)

Com o intuito de conferir melhor destinação aos bens já não mais utilizados de forma cotidiana pela instituição, foram realizadas 22 doações (totalizando 304 bens) para diversos órgãos públicos e entidades sem fins lucrativos, a compreender veículos, mobiliários e equipamentos. Ainda, por meio do Programa Sustentare (instituído pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul), foi executado o descarte de 456 itens (relativos a resíduos e equipamentos eletrônicos inservíveis). Igualmente, foram destinados 19.348 kg de materiais para a Associação dos Trabalhadores do Centro de Reabilitação Psicossocial do Hospital Psiquiátrico São Pedro (ATUT), para fins de reciclagem e reaproveitamento de documentos e arquivos que já cumpriram seu prazo de guarda.

232

licitações
realizadas

Adesão à Ata: **5**

Dispensas de Licitação: **22**

Inexigibilidade: **15**

Pregão Eletrônico: **43**

Tomada de Preços: **2**

Ata de Registro Próprio de Preços: **7**

Pesquisa de mercado para prorrogação contratual: **24**

Autorização de fornecimento: **93**

Autorização de execução de serviços: **21**

Termos de contratos e convênios, incluindo aditivos e apostilamentos: **329**

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Nomeou 587 servidores, sendo 409 técnicos e 178 analistas. Houve ingresso de 156 novos servidores e de 27 comissionados. Neste período, foram realizadas 111 remoções de servidores e processados 150 fluxos de exoneração de servidores e de defensores públicos. Houve também a implantação do processo de cadastro das nomeações e ingressos no sistema de auditoria do TCE (Siapes Web), bem como foram iniciados 1.070 fluxos de estágio probatório, havendo, atualmente, 304 servidores em estágio probatório e a confirmação da estabilidade de 65 servidores. Foram processadas 224 novas requisições de teletrabalho, encontrando-se em teletrabalho, atualmente, 152 servidores.

UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

Realizou a gestão e o processamento de 60 folhas de pagamento (mensais, férias, auxílio-saúde e 13º salário) e implementou o fluxo de solicitação e pagamento do auxílio-saúde aos defensores públicos.

UNIDADE DE SAÚDE E BEM-ESTAR

Realizou o acompanhamento e controle de 583 casos de pessoas possivelmente acometidas pela covid-19, efetuou a análise de contatos de casos positivos e solicitou testes sem ônus à Secretaria Municipal de Saúde (enquanto disponibilizados). Foram processados e registrados 482 afastamentos por motivo de saúde à perícia médica, promovidos 21 Encontros de Integração para novos servidores, além de processadas e publicadas 288 progressões e 10 promoções de servidores.

UNIDADE DE ESTÁGIOS

Atualmente, há 1.201 estagiários e 180 trabalhadores voluntários em 196 cidades. Iniciou a implantação de sistema informatizado para otimização e automação do processo de seleção, contratação, renovação de termos de compromisso e pagamento dos estagiários e trabalhadores voluntários.

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO (CPAI)

Criou campanha alusiva ao Mês da Pessoa com Deficiência, realizou 5 reuniões ordinárias, proporcionou encontros de acolhimento das pessoas com deficiência que ingressaram na instituição e viabilizou os pedidos de recursos de acessibilidade solicitados.

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Durante o período, foram realizados diversos projetos em Tecnologia da Informação, visando sempre a evolução tecnológica como meio de agilizar e melhorar o atendimento do cidadão assistido, por meio da área-fim, bem como das atividades das áreas meio, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Administração Superior.

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

10

novas sedes inauguradas

Uruguaiana – 15 de setembro de 2022
Alegrete – 16 de dezembro de 2021
Cacequi – 16 de dezembro de 2021
Alvorada – 13 de dezembro de 2021
Caxias do Sul – 6 de dezembro de 2021
Feliz – 6 de dezembro de 2021
Piratini – 1º de dezembro de 2021
São José do Norte – 25 de novembro de 2021
Terra de Areia – 19 de novembro de 2021
Sant’Ana do Livramento – 12 de novembro de 2021

7

instalações de sedes
(com previsão de conclusão de mais 4 até o final de 2022)

Santo Antônio das Missões
Ijuí
Prédio das Defensorias Criminais de 1º e 2º Grau/Câmaras de Conciliação e Núcleos
São Luiz Gonzaga
São Lourenço do Sul
Restinga Sêca
Pedro Osório



Um momento histórico para a Defensoria Pública do RS: assim pode ser considerado o ato de inauguração da sede da instituição na cidade de Uruguaiana, na Fronteira Oeste. Trata-se da **primeira sede construída com recursos próprios**, através do Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública (FADEP). A cerimônia de inauguração ocorreu no dia 15 de setembro de 2022. Localizado em uma área de 468,68 m², no bairro São João, o prédio fica em um complexo que concentra outros órgãos, como Ministério Público Estadual, Justiça Estadual e Justiça do Trabalho. A doação do terreno foi feita pela Prefeitura da cidade. A nova sede conta com energia solar fotovoltaica, ou seja, uma fonte de energia renovável e limpa que utiliza a radiação solar para gerar eletricidade. Além disso, possui sistema de aproveitamento da água da chuva para limpeza das calçadas e jardim, entre outras inovações sustentáveis.



ORÇAMENTO - 2022

SISTEMA DE JUSTIÇA

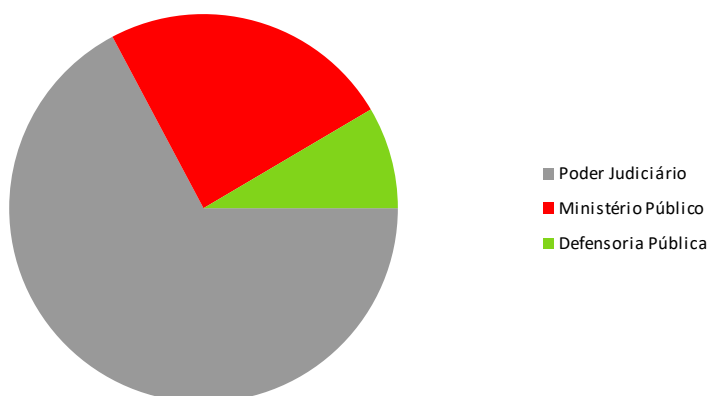
Poder/Órgão	2021 (R\$)*	2022 (R\$)*	Representação %
Poder Judiciário	3.228.065.440	3.295.371.694	53,00
Ministério Público	1.146.449.268	1.189.441.116	19,13
Assembleia Legislativa	701.480.798	727.786.328	11,70
Tribunal de Contas	568.150.877	589.456.535	9,48
Defensoria Pública	401.141.742	416.184.557	6,69
Total	6.045.288.125	6.218.240.230	100,00

* Recurso 11 – Tesouro – Livres

Poder/Órgão	2022 (R\$)*	Representação %
Poder Judiciário	3.295.371.694	67,24
Ministério Público	1.189.441.116	24,27
Defensoria Pública	416.184.557	8,49
Total	4.900.997.367	100,00

* Recurso 11 – Tesouro – Livres

Sistema de Justiça

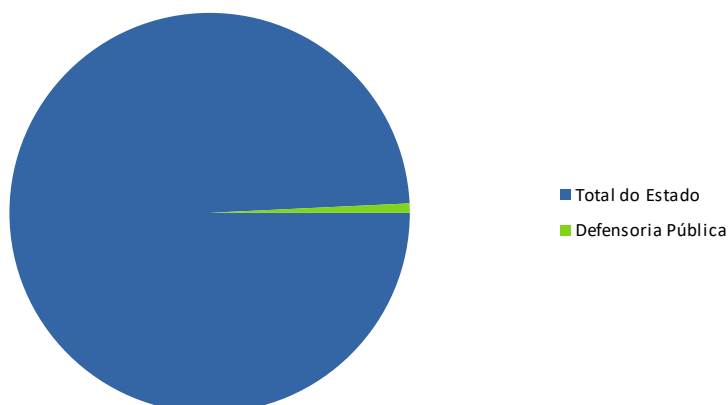


ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

Poder/Órgão	2021 (R\$)*	2022 (R\$)*	Representação %
Total do Estado	66.915.713.826	68.905.045.542	100,00
Defensoria Pública	506.645.221	510.455.313	0,74

* Orçamento Total

Orçamento Geral do Estado



The background features a modern building with a grid-like facade, partially obscured by large, overlapping geometric shapes in various shades of green. The shapes create a dynamic, layered effect. In the lower-left foreground, a white van is parked on a street.

SUBDEFENSORIA JURÍDICA

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

Passage livre para todos nas eleições

Após uma batalha jurídica, a Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Jurídicos (SUBJUR), em parceria com o Núcleo de Defesa do Consumidor (NUDECONTU), garantiu passe livre para todas as pessoas, sem restrições, nos ônibus de Porto Alegre, nas eleições de 2022. O trabalho dos defensores e defensoras teve enorme repercussão e garantiu o deslocamento de milhares de eleitores que não possuem condições financeiras de pagar o valor da tarifa.

Ações Cíveis Públicas da Defensoria também garantiram passe livre nas cidades de Canoas, Santa Maria, Pelotas e Gravataí. Além disso, de forma extrajudicial, a DPE/RS garantiu passe livre nas cidades de Passo Fundo, Bagé e Taquara.



Defensoria Pública percorre o Rio Grande do Sul e promove sete grandes mutirões, nas principais cidades gaúchas

De setembro de 2021 a setembro de 2022, a Defensoria Pública promoveu sete grandes mutirões, nas principais regiões gaúchas. Uma grande estrutura foi mobilizada, com duas unidades móveis, mais de 20 defensores e mais de 30 servidores públicos envolvidos.

Foram mais de **5 mil quilômetros rodados**.

Com a participação de diferentes equipes dos núcleos especializados da instituição, as ações aconteceram nas praças centrais de cada cidade e, em alguns casos, nos presídios estaduais ou regionais.

Nas praças, a população pôde tirar dúvidas e encaminhar atendimentos nas áreas de atuação da Defensoria Pública.

Já nos presídios e Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE), além da inspeção em suas instalações, foram analisados os processos em andamento das pessoas presas e dos internos. Em todos os presídios foi constatada a estrutura precária e a superlotação. Da mesma forma, em praticamente todos, o percentual de presos provisórios chegava a 30%.

“Ficamos muito satisfeitos com o resultado e, principalmente, com o retorno da comunidade. Todos aguardavam esse contato presencial, frente a frente, olho no olho, com a Defensoria Pública, com o defensor público. As pessoas estavam muito contentes por serem atendidas pessoalmente”, afirmou o subdefensor público-geral para Assuntos Jurídicos, Alexandre Brandão Rodrigues.

ATUAÇÕES DA SUBDEFENSORIA

Pareceres: **61**

Consultas: **33**

Consultas outros meios: **386**

PARECERES e CONSULTAS

Parecer 61/2021 – viabilizou a suspensão do prazo de validade do II Concurso Público para o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Defensoria Pública do Estado, a partir da adequação à Lei Complementar Estadual 15.677/2021.

Parecer nº 39/2022 – indicou as adaptações internas necessárias para continuidade dos contratos de estagiários cedidos pelos municípios.

Consulta nº 03/2022 – apontou a possibilidade de continuidade de contratação de estagiários durante o período do Regime de Recuperação Fiscal.

Atos de andamento ordinário:

Ofícios: **122**

Despachos: **206**

PROAS: **236**

Viagens Institucionais:

Cachoeira do Sul

Candiota

Caxias do Sul

Passo Fundo

Pelotas

Rio Grande

Santa Maria

Sant'Ana do Livramento

Santo Ângelo

Uruguaiana

Brasília (DF)

Macapá (AP)

Rio Branco (AC)

Análise de projetos/orientações/demandas dos Núcleos Especializados: 708

DESTAQUES DA ATUAÇÃO DA SUBJUR:

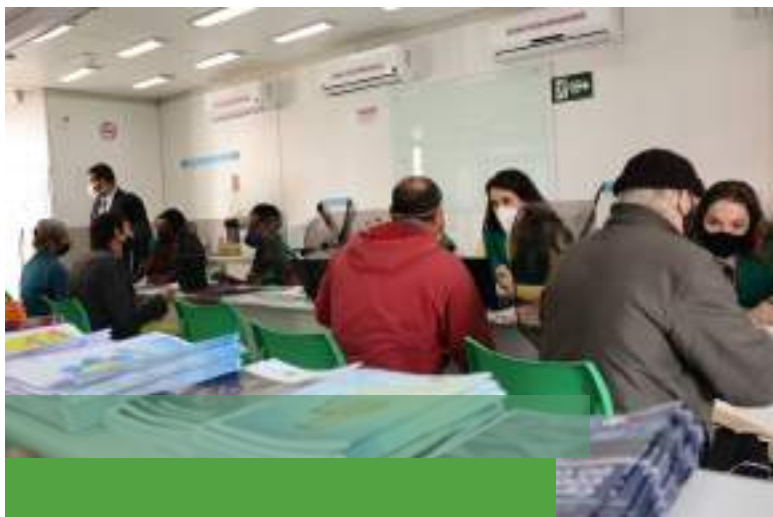
Coordenação da atuação dos Núcleos Especializados.

Apoio nos mutirões de atendimento, orientação jurídica e educação em direitos.

Defesa da instituição e de seus agentes no âmbito judicial e extrajudicial.

Formatação de suporte jurídico para o desenvolvimento das políticas institucionais.

NÚMEROS DOS GRANDES MUTIRÕES PELO ESTADO



PASSO FUNDO

500

pessoas
beneficiadas

RIO GRANDE

336

pessoas
beneficiadas



CAXIAS DO SUL

748

pessoas
beneficiadas





PELOTAS

372

peças
beneficiadas

SANT'ANA DO LIVRAMENTO

361

peças
beneficiadas



URUGUAIANA

233

peças
beneficiadas

SANTO ÂNGELO

450

peças
beneficiadas



DIRIGENTES DOS NÚCLEOS

NÚCLEO DE DEFESA CÍVEL – NUDEC

ANA CAROLINA SAMPAIO PINHEIRO DE CASTRO ZACHER

NÚCLEO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DE TUTELAS COLETIVAS – NUDECONTU

RAFAEL PEDRO MAGAGNIN

NÚCLEO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – NUDECA

ANDREIA PAZ RODRIGUES

NÚCLEO DE DEFESA CRIMINAL – NUDECRIM

ANDREY REGIS DE MELO

NÚCLEO DE DEFESA AGRÁRIA E MORADIA – NUDEAM

SABRINA BACKES

NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS – NUDDH

ALINE PALERMO GUIMARÃES

NÚCLEO DE DEFESA EM EXECUÇÃO PENAL – NUDEP

CINTIA LUZZATTO

NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS FAMÍLIAS – NUDEFAM

PATRÍCIA PITHAN PAGNUSSATT FAN

NÚCLEO DE DEFESA DA MULHER – NUDEM

LISEANE HARTMANN

NÚCLEO DE DEFESA DA SAÚDE – NUDS

LILIANE PAZ DEBLE

NÚCLEO DE DEFESA DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL – NUDIER

ANDREY REGIS DE MELO

NÚCLEO DE DEFESA DA PESSOA IDOSA – NUDEPID

MARIANA FENALTI SALLA

NÚCLEO DE DEFESA DA DIVERSIDADE SEXUAL – NUDIVERSI

ALINE PALERMO GUIMARÃES

NÚCLEO DE DEFESA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – NUDEPED

ALINE PALERMO GUIMARÃES



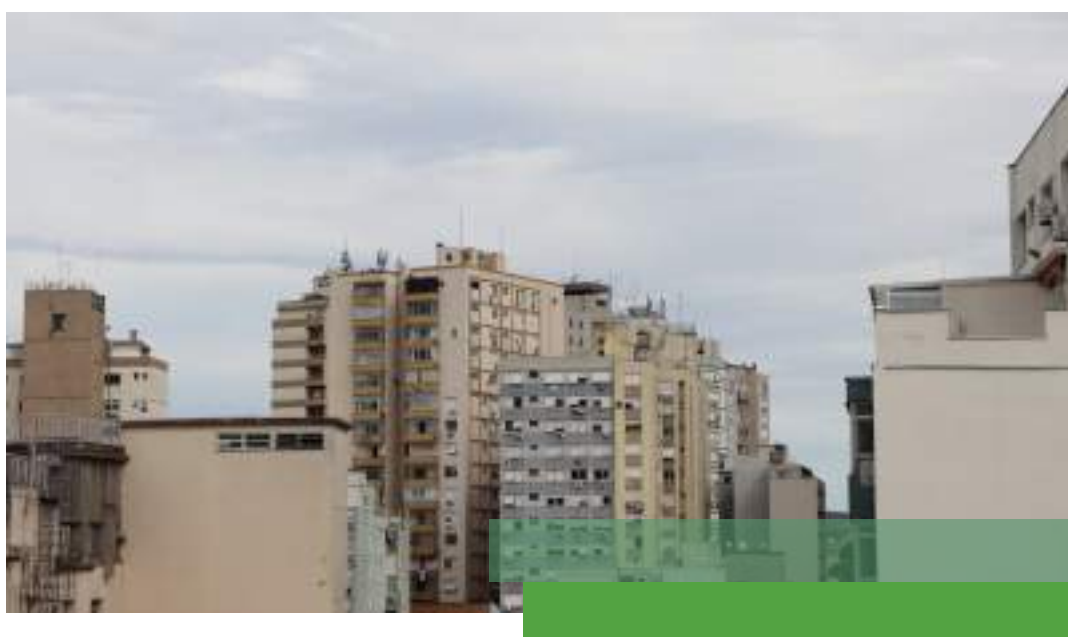
ÁREAS DE ATUAÇÃO



CÍVEL

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

Campanha “**Conversando a Gente se Entende**” realizou mais de 400 atendimentos em Porto Alegre, no mês de junho de 2022. Essa foi a 2ª edição da atividade e teve um saldo positivo, resolvendo dezenas de casos de maneira extrajudicial. Somente na capital gaúcha foram 357 registros pela Câmara de Conciliação Cível e 77 pela Câmara de Mediação Familiar, totalizando 434 atendimentos durante o período. Houve também atendimentos em diversas comarcas do interior. Buscando ajudar pessoas com problemas financeiros e familiares no Estado, além de atender demandas que ficaram reprimidas em razão da pandemia, a campanha ofereceu aos assistidos uma oportunidade de diálogo antes de um ajuizamento litigioso nas áreas cível e familiar.



Em março, a Justiça determinou que o Sindicato Intermunicipal das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Condomínios Residenciais e Comerciais no Rio Grande do Sul (SECOVI) informasse às imobiliárias de todo o Estado sobre a decisão que **proíbe a retenção de boletos** do mês vigente dos consumidores com débitos em aberto.

Com o **projeto ReguLAR**, em parceria com o DEMHAB, foram realizados 11 mutirões para regularização de débitos de moradia e atendidas mais de 300 pessoas. Três desses mutirões foram presenciais, com a presença da unidade móvel da Defensoria, e os demais se realizaram por atendimentos remotos em parceria com a equipe da Câmara de Conciliação Cível. O objetivo do projeto é facilitar a quitação de dívidas de mutuários com o DEMHAB. Além da quitação ou parcelamento de dívidas, o ReguLAR também oferece quitação antecipada de saldo devedor e regularização da titularidade do contrato.



RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO NÚCLEO

De setembro de 2021 a setembro de 2022, a Câmara de Conciliação Cível registrou um total de 2.460 novos casos, e foram realizados **11.155 atendimentos**.

Dos casos até o momento concluídos, foram realizadas 526 sessões de conciliação e formalizados 383 acordos em sessão e, ainda, 116 acordos por e-mail (estes apenas em 2022). O índice de acordos em sessão nos casos concluídos é, no momento, de 73%, e **o índice total de acordos é de 33%**.

Nos acordos formalizados foi negociado o montante de R\$ 1.513.913,51 e houve desconto/devolução de **R\$ 1.962.842,69**.

Foram enviados 440 ofícios para a garantia dos direitos dos cidadãos.

A Câmara de Conciliação Cível/NUDEC compareceu nos grandes mutirões de atendimentos realizados pelos Núcleos Especializados em Passo Fundo, Rio Grande, Caxias, Pelotas, Sant'Ana do Livramento e Santo Ângelo. E, ainda, nos grandes mutirões de Porto Alegre: Dia do Consumidor, Dia Mundial da Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa e Dia do Orgulho LGBTQIA+.

Em parceria com a escola de mediação CLIP foram realizadas **40 mediações**.

No dia 16 de agosto foi realizado o primeiro mutirão focado em superendividamento no Centro de Porto Alegre com o atendimento de **74 casos**.

Em agosto de 2022 foi realizado o II Seminário de Superendividamento para servidores e defensores, a fim de qualificar o trabalho e o atendimento, nos termos da Lei nº 14.181/21. Com o aperfeiçoamento do fluxo, atualmente há 66 casos em atendimento.

Termo de Cooperação firmado com a CEEE, em que os usuários dos serviços da companhia, com débitos junto à empresa, podem negociar os valores devidos em sessões de conciliação promovidas pela Defensoria Pública mediante critérios flexibilizados de negociação por parte da prestadora de serviços.

Termos de Cooperação firmados com a PUCRS e a UFRGS, tendo por objetivo combinar a necessidade de ampliação de atendimento à população e o incentivo à educação e prática acadêmica dos alunos dos cursos de Direito.



CONSUMIDOR E TUTELAS COLETIVAS

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES



Em agosto de 2022, foi publicado o edital para concessão de bolsas de estudo a pessoas negras, decorrente do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre a Defensoria Pública, Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MPRS), Ministério Público do Trabalho (MPT), Defensoria Pública da União (DPU) e o Carrefour. A negociação do caso João Alberto se encerrou em 11 de junho de 2021 com a celebração desse TAC, que previu um aporte de **R\$ 115 milhões** por parte do Carrefour para ações de enfrentamento ao racismo. Desses, R\$ 68 milhões são para as bolsas de estudo.

Depois de anos de insegurança e meses de negociações com a Prefeitura de Porto Alegre, **143 catadores de materiais recicláveis** da Ilha Grande dos Marinheiros podem voltar a trabalhar tranquilos. Isso porque a Defensoria Pública entregou, no dia 5 de setembro de 2022, os documentos de identificação que permitem a inserção destes trabalhadores no projeto-piloto de regularização firmado entre DPE e Município. A entrega das carteirinhas de identificação faz parte da primeira etapa do acordo. No futuro, a própria Prefeitura vai coletar e entregar os resíduos aos recicladores cadastrados e suas famílias.

Em São Vicente do Sul, a Defensoria Pública promoveu um mutirão de atendimentos direcionado às vítimas do chamado **“golpe da selfie”**. Quase 40 idosos foram atendidos na ação, realizada em abril de 2022, após o Sindicato dos Trabalhadores Rurais identificar que essas pessoas estavam sendo enganadas por estelionatários. Centenas de vítimas teriam sido lesadas na região central do estado.

Em reunião realizada em março de 2022, a DPE/RS solicitou à CEEE Equatorial um plano de curto, médio e longo prazo para os problemas de falta de luz que ocorreram no início do ano. Segundo os representantes da concessionária, a impossibilidade de poda específica de algumas árvores na cidade de Porto Alegre, a estrutura técnica encontrada na CEEE e os eventos climáticos extraordinários em sequência (três em março e dois em janeiro, com registro de ventos que chegaram a quase 100km/h) seriam as principais causas para a interrupção do serviço. Entre as melhorias apresentadas pela Equatorial, está o aumento no número de funcionários, a troca de postes, a automação da estrutura e a manutenção corretiva.

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO NÚCLEO

Reuniões para fins de resolução do impasse que envolve o corte de energia elétrica e o Termo de Permissão de Uso da Casa de Referência da Mulher – Mulheres Mirabal.

Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a empresa de segurança Vector Assessoria Empresarial Ltda., pela morte de João Alberto Silveira Freitas.

Participação na assinatura do contrato do Sistema Modria, com a Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo (SJSPS) do estado.

Tratativas para regularizar o fornecimento de energia elétrica com visita à Comunidade Quilombo dos Machado.

Mutirão presencial para celebrar o Dia do Consumidor, no Largo Glênio Peres, em Porto Alegre.

Visita à comunidade incluída no Movimento Atingidos por Barragens (MAB), na intenção de resolver questões envolvendo energia elétrica, consumo de água, acesso à rede de proteção e defesa da criança e do adolescente, acesso à saúde pública, acesso ao transporte público e auxílio na quitação e financiamento das unidades imobiliárias adquiridas pelos moradores.

Expedição de ofício às empresas de telefonia para esclarecimentos sobre a redução da alíquota do ICMS aos clientes no RS.

Continuidade nas negociações e tratativas envolvendo os imóveis das cidades de Candiota e São Jerônimo, para fins de regularização dos imóveis que se encontram registrados em nome da empresa CGT Eletrosul.

Atendimento e reuniões envolvendo dezenas de famílias adquirentes de imóveis localizados na cidade de Canoas e relacionados à matrícula nº 99.627, que se encontram em situação irregular.

Mutirão destinado ao atendimento de consumidores em situação de vulnerabilidade e em risco ou situação de superendividamento, na cidade de Porto Alegre, em parceria com a Câmara de Conciliação Cível.

Adoção de medidas destinadas à obtenção de informações referentes à ampliação ou construção de nova ponte sobre o Rio Jaguarão, envolvendo as cidades de Hulha Negra, Candiota, Aceguá, Herval, Pedras Altas e Pinheiro Machado.

Adoção de medidas destinadas a educar os consumidores que realizaram ou pretendiam realizar a contratação de empréstimos em suas faturas de energia elétrica, denominados de “Empréstimo Pessoal Alternativo” ou “Empréstimo sobre Serviços Atípicos”.

Realização de acordos extrajudiciais junto à empresa CEEE Equatorial, destinados à extensão da instalação da rede de energia elétrica às comunidades em situação de vulnerabilidade nos municípios de Tramandaí e Porto Alegre. Neste último caso, especialmente junto à Comunidade Quilombola dos Machado e junto à Chácara das Bananeiras.

Adoção de medidas extrajudiciais visando à inclusão de comunidades em situação de vulnerabilidade na Tarifa Social de Energia Elétrica.

Atendimento a diversos comerciantes que exercem suas atividades no POP Center, em Porto Alegre, visando a orientação, a solução de impasses e a criação de alternativas para permitir e ampliar a segurança jurídica nas transações por eles realizadas.

Atendimentos presenciais na comunidade Vila dos Herdeiros, na Lomba do Sabão, em Porto Alegre, destinados à orientação jurídica, solução de impasses envolvendo o Poder Público Municipal e regularização das moradias.

Assunção do polo ativo e do andamento do processo envolvendo Ação Civil Pública nº 508414541.2020.8.21.0001, na cidade de Porto Alegre, que visa à regularização de centenas de servidores ativos e aposentados do Município de Porto Alegre.

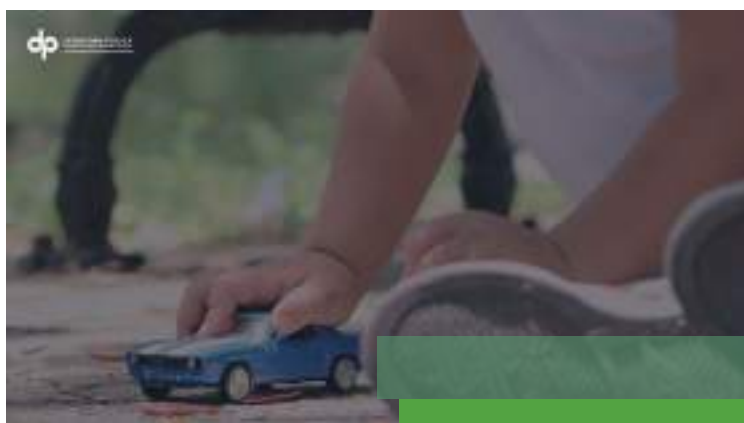


CRIANÇA E ADOLESCENTE

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

Em agosto de 2022, a DPE/RS e a Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre fizeram ajustes no acordo extrajudicial que prevê a oferta de vagas na educação infantil do município. O objetivo foi ampliar as vagas ofertadas nesse fluxo. Na reunião, ficou definido que, assim que preenchidas as 100 vagas contempladas no segundo acordo, novos aditivos serão assinados para que os assistidos pela DPE tenham acesso à educação de forma mais célere. O primeiro acordo, assinado em junho deste ano, contemplou 100 famílias. Em 2018, a Defensoria Pública ingressou com Ação Civil Pública, postulando a garantia das vagas a todas as crianças residentes em Porto Alegre de zero a cinco anos. Em decisão parcialmente favorável, ainda em grau de recurso, a Justiça determinou que todas as crianças nessa faixa etária têm direito à educação infantil.

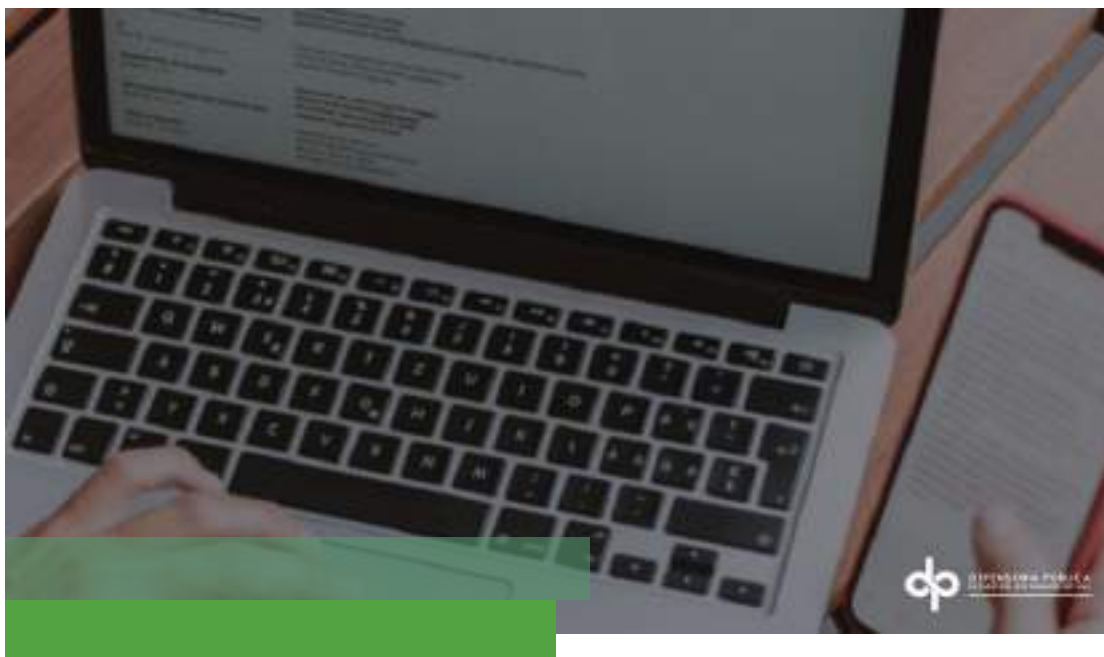
Inspeção da Defensoria Pública constatou irregularidades em casa de acolhimento em Planalto, no mês de julho de 2022. No local, a instituição, junto com o Judiciário, constatou diversas irregularidades, como carência de alimentação adequada, problemas elétricos e de iluminação, entre outros. Diante dos fatos, o Juízo da Comarca de Planalto determinou o afastamento provisório dos diretores do abrigo.



Após ação da DPE/RS, Justiça mandou reduzir carga horária de mãe com filho autista em 50%, sem redução salarial. O caso ocorreu em junho de 2022 e envolveu uma funcionária pública de Vicente Dutra que atua como agente administrativa. Ela já havia solicitado a redução de carga horária em março, mas o seu salário havia sido igualmente reduzido pela Prefeitura.



A Defensoria Pública garantiu, em abril de 2022, por meio de ação extraordinária, a remoção de uma publicação em perfil do Facebook que vinculava um assistido como autor de ato infracional. A postagem continha nome, data de nascimento, imagem e antecedentes criminais do adolescente. A DPE também entrou com pedido de indenização por danos morais, porque, segundo os autos, a família do adolescente precisou sair de onde morava por medo das represálias que vinha sofrendo.



Em Herval, a DPE/RS ajuizou uma ação civil pública para manter a Escola Municipal Luiz Lima de Faria em funcionamento. Ela funcionava em uma área rural e havia sido extinta por Decreto em 28 de dezembro de 2021. As principais justificativas seriam a redução gradativa do número de alunos e o pagamento de "hora atividade" aos professores. Porém, não foi possível comprovar nenhum dos dois argumentos. A principal reclamação da comunidade era a distância das duas novas escolas indicadas pelo Executivo municipal.

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO NÚCLEO

Realização de mutirões de atendimento focados na obtenção de vagas em escolas de educação infantil, sendo quatro na modalidade remota e dois presenciais nos CRAS Centro-Sul e Restinga, que resultaram no atendimento de mais de 500 famílias residentes em Porto Alegre.

Ajuizamento de 234 ações judiciais para obtenção de vagas em escolas de educação infantil em Porto Alegre para dar efetividade à Ação Civil Pública ajuizada pela Defensoria Pública.

Participação nos mutirões realizados em Passo Fundo, Rio Grande, Sant'Ana do Livramento, São Borja, Pelotas e Santo Ângelo e inspeção e atendimento dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no CASE Pelotas, CASEMI Pelotas, CASE Passo Fundo, CASEMI Passo Fundo e CASE Santo Ângelo.

Participação e organização de capacitações para público interno e externo, com destaque para o encontro promovido com a FASC no dia 13 de maio de 2022, no qual foram apresentados aos defensores, servidores e estagiários da Unidade Central de Atendimento e Ajuizamento os serviços da política de assistência oferecidos pelo Município de Porto Alegre e a capacitação "A Proteção Social em Rede como Estratégia de Enfrentamento à Mortalidade de Adolescentes e Jovens" ministrada pelo professor Giovane Scherer no dia 25 de agosto de 2022, do qual participaram cerca de 80 profissionais da rede de proteção das crianças e dos adolescentes, incluindo defensores, servidores, conselheiros tutelares, assistentes sociais, professores, entre outros.

Elaboração de orientações destinadas a membros e servidores da instituição sobre os seguintes temas: possibilidade de progressão escolar sem a observância do critério de corte etário; possibilidade de retenção escolar para crianças com deficiência; atuação em rede na proteção das crianças e dos adolescentes; interrupção legal da gravidez e prerrogativas da DPE para intimação pessoal e contagem em dobro para manifestações nos processos da Infância e Juventude.

Participações nos Conselhos e Comitês: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDICA); Conselho Gestor do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM); Conselho Gestor de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Porto Alegre; Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (CEEVSCA) e Comitê Estadual Intersetorial pela Primeira Infância (CEIPI).

Participação em audiências públicas na Assembleia Legislativa para discussão de temas pertinentes ao Núcleo, entre eles: Política de Formação de Professores em Nível Médio; Desafios para a Estruturação dos Conselhos Tutelares no RS; EJA nas escolas da Rede Estadual de Ensino do RS; Novo Ensino Médio; Plano Estadual da Educação; Qual Primeira Infância Queremos?

Elaboração da cartilha "Entrega Responsável para Adoção".

Acompanhamento do Projeto Pai? Presente! pelo qual é ofertada a possibilidade de realização de exame de DNA de forma gratuita e extrajudicial para cerca de 7,6 mil crianças registradas sem o nome do pai anualmente no Estado.





DEFESA CRIMINAL

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

Após ficar mais de 7 anos preso, réu representado pela DPE/RS foi absolvido no júri por não ter sido reconhecido pela vítima. O julgamento ocorreu em São Leopoldo, em agosto de 2022. Além dele, outros dois réus também foram absolvidos. O crime aconteceu em abril de 2013, porém, em momento algum a vítima reconheceu os três réus, que ainda assim foram levados a júri popular, quando a vítima afirmou, pela terceira vez, que não os reconhecia.



Em Planalto, no mês de abril de 2022, o reconhecimento também foi motivo de pedido da DPE/RS pela impronúncia de um homem acusado de tentativa de homicídio. Isso porque não foi respeitado o procedimento previsto no Código de Processo Penal. Os policiais teriam enviado aos celulares das vítimas apenas a fotografia de dois suspeitos, em momentos distintos, e estas teriam confirmado a autoria. Na decisão, a magistrada aponta a ausência de material (imagens e vídeos) relativo a mais de um suspeito, a incerteza das vítimas quanto ao verdadeiro autor dos crimes e a falta de opção expressa de não apontar ninguém no reconhecimento.



A inobservância do procedimento legal também foi motivo de absolvição, em seis processos, de um assistido da DPE/RS. O caso aconteceu em Rio Grande. Um mês após a absolvição no primeiro processo, foi apresentado pedido de prisão preventiva do homem, com base em cinco novos inquéritos policiais, em que o reconhecimento fotográfico foi feito de maneira ilegal e induzido. Em nenhum dos inquéritos houve flagrante ou abordagem do suspeito com objetos do crime.

Após seis anos do acontecimento, sendo quatro de movimentação na Justiça, a Defensoria Pública conseguiu a absolvição de um carroceiro que havia sido denunciado por se apropriar de mesa e cadeiras encontradas na rua e por não entregá-las no prazo de 15 dias. O caso aconteceu em São Lourenço do Sul, em 2015, mas somente em 2017 o Ministério Público ofereceu denúncia. Para não dar continuidade ao processo, foi oferecido ao acusado o benefício da transação penal, para o qual ele deveria fazer o pagamento de um salário mínimo (na época de R\$ 1,1 mil), valor muito superior aos bens encontrados e que o carroceiro não podia pagar. Em 2021, quando o processo foi julgado, o juiz entendeu que, embora inadequada, a conduta do carroceiro, de pegar um objeto que fora encontrado na rua, decorre da sua própria profissão.



O princípio da insignificância também foi a tese para a absolvição, em julho de 2022, dos homens defendidos pela DPE/RS que foram presos por furtar alimentos vencidos do pátio de um supermercado, em Uruguaiana. Com isso, o processo transitou em julgado e os réus não serão mais processados pelo fato.

Em Canoas, a Defensoria Pública obteve a absolvição de uma idosa que havia sido acusada de matar o marido e de jogar seu corpo em um poço. O caso aconteceu em 2011 e o filho dela (e enteado da vítima), que também era réu no processo, foi condenado pelo júri a 20 anos de prisão. A defesa da mulher demonstrou que não havia provas do envolvimento dela no crime.

A DPE/RS conseguiu que o Tribunal do Júri absolvesse, em abril de 2022, uma assistida acusada de matar o padrasto com um disparo de arma de fogo em Alegrete. A defesa comprovou que a ré – na época grávida de seis meses – agiu em legítima defesa. O caso ocorreu em fevereiro de 2011. Em seu depoimento, a assistida relatou que era ameaçada pelo homem que, no dia do crime, descumpriu a medida protetiva e foi até a casa da mãe munido de um facão.

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO NÚCLEO

Segue em andamento o programa Pelo Direito de Defesa, que promove a atuação do Núcleo Especializado em casos penais de grande complexidade, repercussão social e exposição midiática do órgão de execução. O programa busca garantir a plenitude de defesa do assistido, assegurar a plena atuação do defensor natural, auxiliar na elaboração de estratégias defensivas no âmbito dos processos penais, prestar informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculante, aos órgãos de execução, prestar auxílio aos órgãos de execução no desenvolvimento de suas atividades e promover o intercâmbio de informações jurídicas entre os órgãos de execução com atribuição em instâncias diversas.

O NUDECRIM tem elaborado, rotineiramente, pareceres que subsidiam a atuação dos agentes da Defensoria Pública.

Organização de cursos e palestras, promovendo debates com professores universitários, profissionais de diversas áreas do direito e membros e servidores da instituição.

O NUDECRIM tem realizado a coordenação do Grupo Institucional de Atuação Integrada (GIAI), que é responsável pela defesa criminal em casos cuja complexidade impõe a atuação colegiada de membros da instituição, especialmente em casos de colaboração premiada.

O Núcleo, a partir da constatação de que determinado fenômeno social necessita de melhor compreensão, tem elaborado pesquisas que fundamentam empiricamente as teses defensivas.

O NUDECRIM também é responsável pela confecção de peças processuais em conjunto com os órgãos de execução, especialmente em temas estratégicos no âmbito da defesa penal.



DEFESA AGRÁRIA E MORADIA

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

Em maio de 2022, a Defensoria Pública participou do projeto “Interação Rua”, na Igreja Episcopal Anglicana-Paróquia da Ascensão. O evento contou com roda de conversa com o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), vacinação contra a covid-19, exames de saúde, teste de tuberculose, avaliação de saúde bucal, entre outros.

A DPE/RS realizou, em abril de 2022, uma série de visitas a **12 ocupações** da Capital e Região Metropolitana durante a Missão Despejo Zero. O objetivo das visitas foi avaliar “in loco” a situação das ocupações urbanas irregulares, bem como colher denúncias e reclamações sobre violações de direitos.



Em fevereiro de 2022, a Defensoria Pública manteve as fiscalizações nas obras de moradias que foram prometidas a **37 famílias** em situação de vulnerabilidade social no município de Itaqui. A fiscalização fez parte do termo de cooperação firmado no ano passado com o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Prefeitura do município, para dar início ao projeto habitacional emergencial “Todos com Moradia”.



Em outubro de 2021, a DPE/RS assinou acordo extrajudicial com o Estado, o Município de Porto Alegre, a União e a Defensoria Pública da União (DPU), encerrando discussão que envolvia a retirada forçada de **41 famílias** de suas moradias na Ilha do Pavão, em Porto Alegre, no ano de 2017. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) manteve, por unanimidade, a sentença de primeira instância, condenando a União, o Estado do Rio Grande do Sul e o Município de Porto Alegre ao pagamento de bônus-moradia, a ser aplicado na compra assistida de residências, além de indenização por danos morais para cada uma das famílias afetadas e manutenção do pagamento de aluguel social até a aquisição das novas moradias.

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO NÚCLEO

Participação do NUDEAM na Reunião da Frente Parlamentar de Apoio à Moradia Popular e Regularização Fundiária.

Realização de mutirão de regularização fundiária nas cidades de Pedras Altas, Herval, Pinheiro Machado e Piratini, em atendimento ao convênio celebrado entre a Defensoria Pública e o Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental dos Municípios da Bacia do Rio Jaguarão (CIDEJA).

Participação do NUDEAM na elaboração do Termo de Compromisso firmado com os catadores da Cooperativa da Ilha Grande dos Marinheiros e Município de Porto Alegre, com a finalidade de regulamentar a atividade prestada por eles no Município.

Visita à comunidade incluída no Movimento Atingidos por Barragens (MAB), na intenção de resolver questões envolvendo energia elétrica, consumo de água, acesso à rede de proteção e defesa da criança e do adolescente, acesso à saúde pública, acesso ao transporte público e auxílio na quitação e financiamento das unidades imobiliárias adquiridas pelos moradores.

Participação do NUDEAM no evento promovido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) com o grupo da Campanha Despejo Zero.



DIREITOS HUMANOS

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

Em maio de 2022, a Defensoria Pública se reuniu com a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) para apresentar os dados sobre violência policial no Rio Grande do Sul. O levantamento buscou sistematizar e analisar os dados registrados pela Defensoria Pública para que sirvam de subsídio na atuação de defensores públicos. O levantamento também foi apresentado ao Ministério Público, magistrados da infância e juventude e Secretaria de Segurança Pública (SSP).

Após atuação da Defensoria Pública, a Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ) determinou a alteração na Consolidação Normativa e Registral (CNNR), de forma que esta passe a ser expressa quanto à desnecessidade de anuência do cônjuge para a retificação de registro civil.



Um homem com Transtorno do Espectro Autista (TEA) obteve, após ação da Defensoria Pública, a isenção das taxas cobradas pelo embarque do seu cão de assistência emocional, em viagem aérea realizada no dia 1º de janeiro de 2022. A companhia aérea contratada efetuou duas cobranças do assistido para o embarque do cão, totalizando R\$ 1.500. O assistido comprovou não ter condições de arcar com os valores exigidos, o que impossibilitaria a viagem, uma vez que, por possuir TEA, necessita do cão de assistência. Na decisão, o magistrado equiparou o caso específico ao dos deficientes visuais, que têm dispensa da cobrança de taxas específicas referentes aos cães de serviço.

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO NÚCLEO

Encaminhamento de recomendação à SSP quanto à implementação de câmeras nos uniformes dos policiais militares e participação em audiência pública na Assembleia Legislativa para tratar sobre a instalação de câmeras e dispositivos de captura de dados audiovisuais nas viaturas e uniformes de servidores da área de segurança pública.

Realização de reunião com o Comando-Geral da BM e com a Corregedoria-Geral da BM para tratar sobre casos de violência policial.

Visita aos Centros POP de Porto Alegre e proposição de fluxo diferenciado para atendimento das demandas jurídicas apresentadas pela população em situação de rua.

Participação no 1º Seminário de Melhores Práticas promovido pela Rede Colaborativa de Direitos Humanos, Equidade de Gênero, Raça e Diversidades, com apresentação de seis práticas, sendo uma delas eleita como uma das melhores práticas do seminário.

Atuação, em conjunto com NUDECONTU e NUDEAM, em favor dos recicladores do 4º Distrito, com visitas a unidades de triagem, realização de reuniões e assinatura de Termo de Cooperação com o Município de Porto Alegre.

Ajuizamento da primeira ação, no Rio Grande do Sul, para obtenção da retificação registro civil em favor de pessoa não binária, com posterior realização de mutirão de atendimento com foco exclusivo em pessoas não binárias interessadas em buscar tal retificação.

Realização de reunião e encaminhamento de ofício à CGJ, culminando na edição do Prov. 16/2022, que acolheu o requerimento da Defensoria Pública, reconhecendo a possibilidade de pessoas não binárias retificarem seu registro civil extrajudicialmente.

Fiscalização em estabelecimentos prisionais junto à Missão LGBTQIA+ do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.





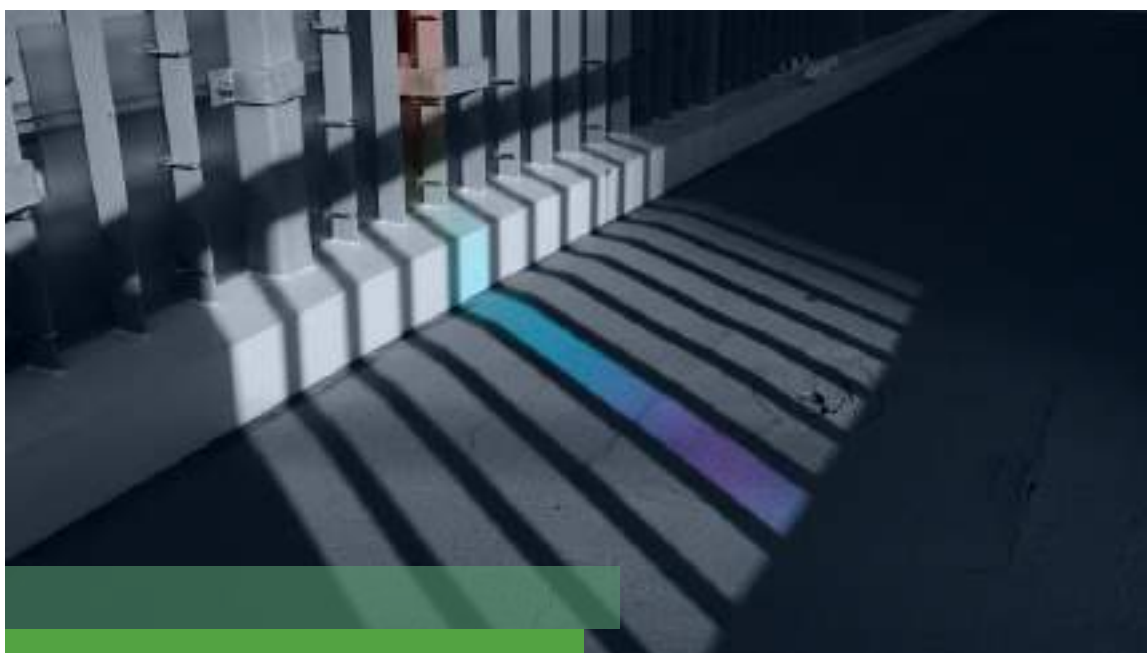
EXECUÇÃO PENAL

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

Entre os dias 31 de agosto e 2 de setembro de 2022 foi realizado o IV Encontro Nacional de Defensoras e Defensores Públicos de Execução Penal, em Porto Alegre. O evento discutiu questões pertinentes à área, como saúde mental, Lei Antimanicomial, medidas para o desencarceramento, atuação coletiva, políticas criminais, entre outros. O encontro ocorreu em formato híbrido e reuniu defensores públicos de 16 estados. Antes do início oficial do evento, uma equipe da DPE/RS, acompanhada de defensores dos estados do Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Paraíba, visitou o Núcleo de Gestão Estratégica do Sistema Prisional (NUGESP).



Em agosto de 2022 foi assinado o convênio entre Defensoria Pública e Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) que visa fomentar a assistência jurídica para mulheres e público LGBTQIA+ privados de liberdade. A verba, de R\$ 1,4 milhão, será utilizada para aquisição de materiais e contratação de profissionais das áreas de assistência social e jurídica.



Em junho de 2022, a DPE acompanhou o início das obras de modernização da Cadeia Pública de Porto Alegre (CPPA), antigo Presídio Central. Com investimento de R\$ 116 milhões, a obra possibilitará a readequação de módulos de vivência e da infraestrutura da unidade prisional.

Uma visita à Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba foi realizada em julho de 2022, para acompanhar o andamento do projeto de produção de absorventes ecológicos realizado pelas apenadas. A iniciativa é uma parceria entre a empresa gaúcha Herself, idealizadora do projeto, DPE e Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (ADPERGS). O projeto acontece também em outras três unidades prisionais gaúchas: Presídio Estadual Feminino de Lajeado, no Presídio Estadual Feminino de Torres e no Anexo Feminino do Presídio de Santa Cruz do Sul. No início do ano, a iniciativa foi eleita um dos oito melhores projetos brasileiros de trabalho prisional selecionados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN).



A DPE/RS também esteve presente na inauguração do NUGESP, em junho de 2022. A iniciativa foi resultado de uma série de reuniões e debates entre a instituição e demais envolvidos no sistema de Justiça. O núcleo tem como objetivo amenizar o problema com a custódia de presos e desafogar as delegacias, sendo um grande centro de triagem com capacidade para 708 vagas.

Em março de 2022, após idas e vindas, decisões judiciais favoráveis e contrárias, uma mãe presa pôde, finalmente, permanecer com a filha recém-nascida na Unidade Materno Infantil da Penitenciária Feminina Madre Pelletier. Inicialmente, ela iria para um abrigo.

A partir de habeas corpus coletivo, impetrado pela DPE/RS, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) proferiu ordem que corrige e impede novas decisões que alterem a data-base para concessão dos benefícios de saída temporária e trabalho externo, em razão de falta grave. A decisão foi proferida no final de janeiro. A concessão da ordem produz efeitos em todo o estado e tem o potencial de economizar centenas de habeas corpus impetrados



RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO NÚCLEO

Mutirões carcerários de atendimento das pessoas presas nos seguintes estabelecimentos prisionais: APAC/Porto Alegre, Presídio Regional de Passo Fundo, Penitenciária Estadual de Caxias do Sul, Penitenciária Estadual de Sant'Ana do Livramento e Presídio Regional de Santo Ângelo, totalizando **987 pessoas** presas atendidas.

Mutirões virtuais para análise da situação jurídica das pessoas presas junto ao Complexo Prisional de Canoas (PECANs I, II, III e IV) e Presídio Estadual de Quaraí, totalizando **2.541 procedimentos judiciais** analisados.

Inspeções prisionais realizadas junto ao Instituto Psiquiátrico Forense (IPF), Penitenciária Estadual de Venâncio Aires, Instituto Penal de Passo Fundo, Presídio Regional de Passo Fundo, Penitenciária Estadual de Caxias do Sul, Penitenciária Estadual de Sant'Ana do Livramento, Presídio Regional de Santo Ângelo, Instituto Penal de Santo Ângelo e Presídio Estadual de Três Passos.

Inspeção na Cadeia Pública de Porto Alegre (CPPA), com o objetivo de prestar informações atualizadas à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA), bem como participação em reuniões com os órgãos de Justiça e segurança pública sobre a desocupação e reconstrução da CPPA.

Participação na audiência do STF que teve como finalidade monitorar o cumprimento do habeas corpus coletivo concedido pelo tribunal em favor das pessoas presas que são os responsáveis únicos de filhos menores de 12 anos ou deficientes.

Participação na elaboração de projeto que culminou no Protocolo de Intenções firmado entre DPERS, Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo, SUSEPE e UFRGS, visando à elaboração de uma cartilha destinada às pessoas presas estrangeiras recolhidas no Sistema Prisional Gaúcho.

Palestra no Seminário sobre Liberdade Monitorada e Direitos Humanos, organizado pela Secretaria de Justiça e Sistema Penal e Socioeducativo (SJSPE) em parceria com a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), por intermédio da Escola do Serviço Penitenciário.

Realização do 3º Seminário do Ciclo de Debates sobre a Execução Penal no Brasil, com o tema "Sistema Nacional de Combate à Tortura; Redes e Participação Social".





DIREITOS DAS FAMÍLIAS

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

A Defensoria Pública do RS realizou, em agosto de 2022, a primeira mediação online entre familiares e apenado para tratar de guarda e alimentos. A iniciativa fez parte do projeto-piloto **“Mediação Além das Grades”**, desenvolvido entre o Núcleo de Defesa dos Direitos das Famílias (NUDEFAM) e o Núcleo de Defesa em Execução Penal (NUDEP) em parceria com a Câmara de Mediação Familiar. O objetivo é estimular a participação de presos em decisões da família, pacificando relações e reestabelecendo dinâmicas de convívio através da garantia de que seus direitos serão atendidos por intermédio da Defensoria Pública.



Quase **150 atendimentos** foram realizados nos dois mutirões promovidos pela Defensoria Pública, no CRAS Ampliado Restinga, nos dias 5 e 12 de março de 2022. Os mutirões tiveram como foco o reconhecimento de paternidade, seja ele espontâneo, socioafetivo ou casos de multiparentalidade, por exemplo. A ação da DPE/RS fez parte do Dia D da Defensoria, promovido pelo Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE), em todo o país, no dia 12.

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO NÚCLEO

Participação nos mutirões realizados em Sant’Ana do Livramento, Caxias do Sul, Pelotas, Uruguiana e Santo Ângelo, com foco na resolução extrajudicial dos conflitos das famílias.

Organização de duas edições do Workshop de Conciliação, ministradas nos dias 22 de outubro de 2021 e 6 de maio de 2022, que tiveram o objetivo de oferecer ao público interno da instituição ferramentas para auxiliar na melhoria do atendimento aos usuários dos serviços da Defensoria Pública e na condução das sessões de conciliação.

Lançamento do programa “Gerando Afeto”, uma parceria entre NUDEFAM, Câmara de Mediação Familiar, NUDECA e UCAA, através do qual se implementou fluxo de trabalho para encaminhar diretamente para a mediação e conciliação os genitores que tiverem passado pelo DNA extrajudicial facilitado pela Defensoria Pública.

Retomada da Oficina das Famílias no modo presencial na nova sede da Defensoria Pública situada na Rua Múcio Teixeira, nº 110, Porto Alegre.

Celebração do Termo Cooperação nº 73/2021 entre a Defensoria Pública e a Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA), com o objetivo de estabelecer condições de cooperação e apoio técnico entre os partícipes para fins de capacitação e treinamento de mediadores e conciliadores, desenvolvimento de pesquisa científica e educação em direitos.

Abertura de procedimento administrativo para viabilizar condições de apoio e atendimento psicológico aos usuários dos serviços da Defensoria nos casos em que for verificado que demandam envolvimento emocional entre os partícipes, com custo de valor social para atendimentos individuais e/ou em grupo.

Promoção da 2ª edição do Conversando a Gente se Entende, em parceria com a Câmara de Conciliação Cível, que registrou um total de 434 atendimentos, sendo 77 deles realizados no âmbito da Câmara de Mediação Familiar.

Realização de 3.148 sessões pela Câmara de Mediação Familiar: 2.756 sessões de mediação, 278 sessões de conciliação, 37 Oficinas das Famílias e 77 constelações.



MULHER

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

A Defensoria Pública assinou, em março de 2022, em conjunto com a Casa Mulheres Mirabal, um recurso administrativo para tentar reverter o auto de infração imposto pela Prefeitura de Porto Alegre à casa de acolhimento. A Casa Mirabal foi autuada por, supostamente, não estar com o alvará de funcionamento e outras licenças necessárias em situação regular com a Prefeitura. No entanto, as responsáveis tentavam, desde o ano passado, regularizar a documentação perante o Município.



Em novembro e dezembro de 2021, a DPE/RS participou da campanha “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher”, com três mutirões de atendimento: no Eixo Baltazar, na Vila Cruzeiro e na Restinga. Os mutirões fizeram parte da 2ª edição da Ação Integrada Pelos Direitos das Mulheres, organizada pelo Comitê Interinstitucional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Estado do Rio Grande do Sul (EmFrente Mulher), composto por secretarias e órgãos vinculados ao governo do Estado, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Assembleia Legislativa, Prefeitura de Porto Alegre e representantes da sociedade civil.

A Defensoria Pública foi uma das sedes, em novembro de 2021, de um curso integrante do Programa “Qualifica Mulher”, desenvolvido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), com apoio da Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa (ALRS), que teve como temática a educação financeira para mulheres, visando o protagonismo no mercado de trabalho e a superação de vulnerabilidades sociais.

O Núcleo de Defesa da Mulher (NUDEM), em ação conjunta com o Núcleo de Defesa do Consumidor e Tutelas Coletivas (NUDECONTU), auxiliou uma assistida que foi vítima em processo de feminicídio tentado. O agressor foi condenado pelo Tribunal do Júri e ninguém da família auxilia no sustento da filha do casal. Por conta das lesões sofridas, a assistida se viu obrigada a contrair vários empréstimos consignados em sua folha de pagamento e aposentadoria do INSS. A ação pretende revisar eventuais abusos nos contratos firmados, bem como buscar o pagamento de alimentos em face da avó materna.

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO NÚCLEO

Nota Técnica Conjunta nº 01/2021, expedida pela Secretaria Estadual de Saúde, relativa à Política de Atenção Primária à Saúde no sistema prisional e Política de Saúde das mulheres privadas de liberdade – Pré-Natal, Parto e Puerpério, que possui por objetivo qualificar o acolhimento, o acesso e a assistência em saúde de mulheres privadas de liberdade.

Reunião com ONG’S Themis, Coletivo Feminino Plural e Escola Brasileira de Mulheres Brasileiras sobre a evolução e a importância dos canais de denúncias.

Reunião com a Associação de Doulas do RS e COREN RS sobre a permissão de profissionais doulas, enfermeiras obstétricas e fisioterapeutas pélvicas, que não compõem o quadro de servidores de hospitais, para que participem de atendimento em partos em hospitais públicos e privados.

Reunião com Grupo Casa de Referência Mulheres Mirabal para assinatura do Auto de Infração N° 1022545.

Tratativas referentes ao convênio a ser celebrado entre o Tribunal de Justiça do RS e a Defensoria Pública, cujo objeto é a execução do Projeto “Assistência Judiciária para Vítimas de Feminicídio”, junto ao Foro da comarca de Porto Alegre.

Mutirão Agosto Lilás – 16 anos da Lei Maria da Penha – orientações ao público externo sobre o direito das mulheres.





SAÚDE

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

A Defensoria Pública do RS e a Prefeitura Municipal de Gramado lançaram, no dia 24 de setembro de 2022, o projeto **“Gramado Com-Vida”**, com o objetivo de viabilizar a prestação de serviços públicos de saúde a todos os bairros do município, sem a necessidade de entrar com ações judiciais. Estima-se que outras iniciativas também sejam realizadas através do projeto, como escola de líderes e reinserção na sociedade e capacitação para o mercado de trabalho para adolescentes acolhidos em abrigos.

Em reunião com representantes da área da Saúde, em junho de 2022, a DPE/RS buscou a ampliação do teste de triagem neonatal, conhecido como **Teste do Pezinho**. Entre os encaminhamentos acordados, a Defensoria Pública ficou responsável por encaminhar um ofício à Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa do RS, com previsão de rubrica específica no orçamento anual, visando à implementação da lei.

A Defensoria Pública garantiu o serviço de home care para um bebê com graves problemas de saúde, em Muçum. O caso ocorreu em agosto de 2022 e, segundo a pediatra, o bebê necessitava receber diariamente infusão NTP via cateter de longa permanência e, em ambiente hospitalar, ele teria um risco aumentado de infecção. A DPE entrou com pedido de serviço permanente de home care multidisciplinar e obteve decisão favorável, **com cobertura integral pelo SUS**.



Na cidade de Rio Grande, em setembro de 2021, a Defensoria Pública do Estado obteve decisão favorável, em segunda instância, e garantiu que uma mulher de 38 anos realizasse **tratamento para engravidar** custeado pelo Estado. A urgência na demanda justificava-se diante do fato de que a usuária vinha buscando o tratamento, que é fornecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e a demora impactaria no sucesso do tratamento em razão da diminuição da reserva ovariana.

Uma mulher diagnosticada com uma doença grave e que necessitava de cirurgia de urgência teve o pleito atendido após ação da Defensoria Pública do Estado. O caso ocorreu em Ijuí, em dezembro de 2021. Inicialmente, a mulher teve o pedido de cirurgia negado, administrativamente, pelo Ipê Saúde, pois o procedimento não consta na tabela de procedimentos amparados pelo convênio. Diante da gravidade do caso, o Judiciário determinou a realização do procedimento.



RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO NÚCLEO

Inspeção no IPF, em conjunto com o NUDEP, visando verificar as atuais condições das instalações do instituto.

Reunião com a secretária estadual da Saúde, Arita Bergmam, para tratar da resolução de litígios na área de saúde.

Atualização do material de apoio em direito à saúde disponibilizado junto à plataforma EAD da Defensoria Pública.

Participação em cinco mutirões pelo Estado, prestando atendimento e apoio aos assistidos.

Mais de 400 orientações a defensoras e defensores públicos.

Reunião com a FAMURS visando a criação de aplicativo para lista de medicamentos que competem ao SUS. O software ainda está em processo de desenvolvimento.

Termo de cooperação com a SES que deu acesso ao GERINT e GERCON aos defensores públicos.

Participação em diversos eventos, entre eles reuniões, palestras, assembleias com os demais órgãos e instituições do Estado e Entidades da Sociedade Civil, sempre visando o diálogo e a construção de soluções efetivas nas matérias relacionadas à saúde.

Elaboração e atualização de cartilhas com informações e orientações aos defensores, servidores e público em geral.

A close-up photograph of a person's eye, looking slightly to the right. The image is partially obscured by several overlapping, semi-transparent green geometric shapes that create a layered, abstract effect. The background is a dark, muted blue-grey.

IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

No dia 16 de fevereiro de 2022, as Defensorias Públicas Estaduais do Brasil assinaram a intitulada **“Carta da Bahia”**, um documento que firma o compromisso de implementar a política afirmativa de cotas para negros, indígenas e quilombolas em todos os concursos e processos seletivos institucionais da categoria. A assinatura aconteceu durante o 1º Seminário sobre Cotas Raciais nas Defensorias Públicas: por uma sociedade antirracista, realizado em Salvador, como parte da programação da 59ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE).

Em março de 2022, o Núcleo de Defesa da Igualdade Étnico-Racial (NUDIER) atuou para tentar solucionar os conflitos na **Reserva Indígena da Guarita**, no noroeste do Rio Grande do Sul. A região vinha registrando, na ocasião, várias situações de violência. Os problemas decorriam das eleições ocorridas em dezembro de 2021 para escolha do novo cacique da Terra Indígena. Na reunião, diversas lideranças indígenas expuseram a necessidade de uma solução pacífica para o conflito, que tem prejudicado as atividades desenvolvidas no interior da área indígena. A Guarita é a maior terra indígena do RS, com uma população de aproximadamente 6 mil habitantes, descendentes da etnia Kaingang.

A Defensoria Pública do Estado também realizou uma série de reuniões, em maio de 2022, na Comunidade Indígena da Terra do Guarita, para abordar temas envolvendo saúde, moradia e prevenção à exploração sexual.

Em agosto de 2022, a Administração Superior da Defensoria Pública recebeu a visita da cacica Ângela Inácio Braga, da terra Gojkusal; do cacique Odimar da Silva, da terra Ventarra; e do cacique Caçapava Elias, da terra Carretero. O encontro tratou de propostas de acesso à justiça e **inclusão dos povos indígenas**.

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO NÚCLEO

O Núcleo Especializado elaborou, rotineiramente, pareceres que subsidiaram a atuação dos agentes da Defensoria Pública.

A partir da constatação da complexidade dos fenômenos sociais que se enredam às relações étnico-raciais, o Núcleo tem organizado cursos e palestras para a melhor compreensão do tema.

O NUDIER foi responsável pela confecção de dezenas de peças processuais em conjunto com os órgãos de execução, especialmente em temas estratégicos no âmbito da proteção dos grupos étnico-raciais.



DEFESA DA PESSOA IDOSA

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

Em junho de 2022, a Defensoria Pública participou do evento promovido pela Prefeitura de Porto Alegre, em alusão ao Dia Mundial da Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa. Na unidade móvel da instituição foram atendidas **110 pessoas**, nas mais diversas áreas de atuação da DPE/RS, como saúde, família, consumidor, moradia, cível, entre outras.



No dia 11 de agosto de 2022, a Casa Lar São José, localizada em São Francisco de Assis, recebeu o projeto **“Cães da Alegria”**, desenvolvido pela DPE/RS, em parceria com a Associação Assisense Protetora dos Animais, Prefeitura e Câmara de Vereadores do município. Os idosos tiveram uma tarde festiva, com música, distribuição de lanches e a presença de um pequeno grupo de cães da Associação, que animaram o ambiente, correndo, brincando, pulando e dando carinho aos residentes.

A Defensoria Pública obteve decisão favorável, em março de 2022, ao pedido de ressarcimento de gastos médicos e **acolhimento em lar de idosos** para um assistido do município de Coronel Bicaco. O idoso de 68 anos, que é portador de diversas doenças e necessita de cuidados e ajuda permanente, estava em internação hospitalar, em Passo Fundo. A família, que se encontra em situação de vulnerabilidade social, não tinha como arcar com os cuidados e as despesas.



RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO NÚCLEO

Mutirão de atendimento às pessoas idosas em Porto Alegre e Herval, participação nos mutirões de atendimento em Caxias do Sul e Santo Ângelo.

Reunião com a instituição de longa permanência de idosos Asilo Padre Cacique e recebimento das demandas da instituição.

Visita e atendimento aos moradores das instituições de longa permanência de idosos Retiro Universina Carreras Machado (em Santo Ângelo) e Lar de Idosos (em Herval).

Atuação extrajudicial diante da violação de direitos humanos ocorrida na instituição de longa permanência de idosos Pensionato Casa de Repouso Nosso Lar, em São José do Norte.

Atuação em relação à elevação da idade de 60 para 65 anos para gratuidade no transporte público municipal em Porto Alegre.

Atuação em relação à ausência de reserva de assentos para pessoas idosas no transporte público municipal em Santo Ângelo.

Pesquisa e levantamento de dados em relação à ocorrência de empréstimos consignados não contratados por pessoas idosas.

Elaboração e lançamento da cartilha “Direitos das Pessoas Idosas” da Defensoria Pública, participação na campanha de violência contra a pessoa idosa do Conselho Estadual da Pessoa Idosa e na elaboração da cartilha de direito à acessibilidade do Conselho Estadual da Pessoa Idosa.

Realização de quatro edições da Oficina de Direitos da Pessoa Idosa, com mais de 150 inscritos, tendo sido estabelecida parceria com diversos CRAS e CREAS para fins de transmissão da oficina a outros municípios do estado.

Requisição de realização de vistoria, pela Vigilância Sanitária, em instituições de longa permanência de pessoas idosas em razão de denúncias, recebimento de denúncias de violência contra a pessoa idosa e requisição de investigação.

Atuação perante a Secretaria de Saúde Estadual visando ampliar a aplicação da 4ª dose da vacina de covid-19 às pessoas com mais de 60 anos e às pessoas idosas residentes em instituições de longa permanência.





POPULAÇÃO LGBTQIA+

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

Em Sapucaia do Sul, uma mulher trans, assistida pela Defensoria Pública, obteve o direito de ter seu nome social utilizado em **todos os documentos** do processo em que é investigada. Além disso, a juíza do caso decidiu favoravelmente ao pedido da Defensoria para que a assistida optasse entre um presídio masculino ou feminino. O caso aconteceu em março de 2022.



A DPE/RS garantiu em janeiro de 2022, por meio de decisão judicial, **medicação e reposição hormonal** para uma jovem transexual de 19 anos, em Frederico Westphalen. Desde os 14 anos de idade, a assistida passou a se identificar com o sexo feminino, ainda que tenha nascido com o sexo biológico masculino.

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO NÚCLEO

Mutirões de atendimento e orientação durante Parada Livre de Porto Alegre de 2022 e durante a semana do orgulho LGBTQIA+.

Promoção de seminário sobre não binariedade e intersexualidade, com participação da ABRANB e da ABRAI.

Proposição de fluxo de atendimento para casos de LGBTfobia recebidos pela DPE.

Proposição, à Administração Superior, de inclusão de campos sobre identidade de gênero e orientação sexual no formulário de recadastramento anual realizado pela instituição.

Atividade sobre “A atuação da Defensoria Pública na garantia dos direitos da diversidade”, em parceria com a Clínica de Direitos Humanos da UniRitter.

Participação em audiência pública e posterior envio de Nota Técnica de apoio ao PL sobre gratuidade na retificação de registro civil de pessoas trans.

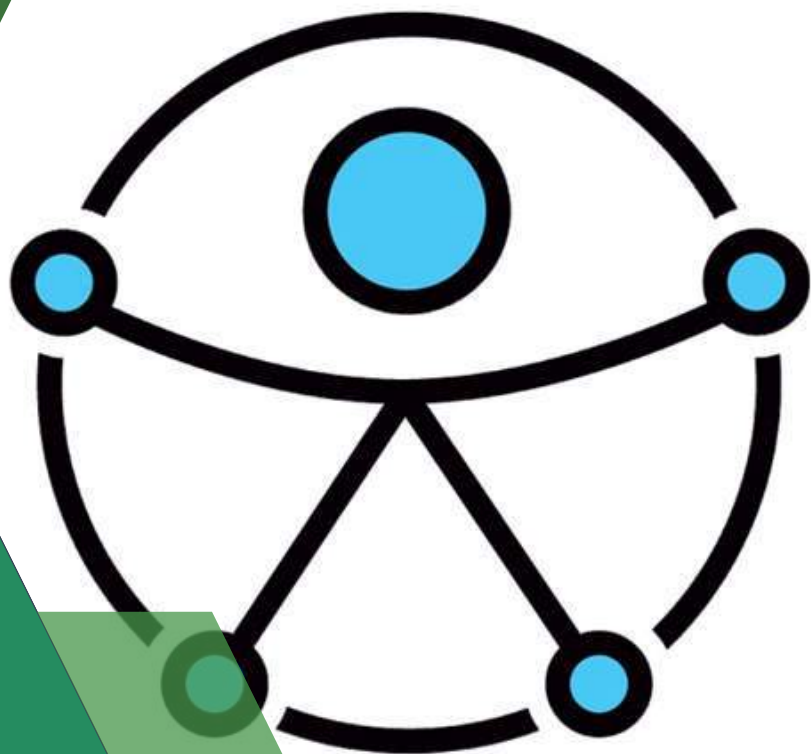
Inscrição da atuação da DPE/RS em favor da retificação do registro civil de pessoas não binárias no Concurso de Práticas Exitosas do XV Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (CONADEP), tendo sido selecionada como uma das 25 finalistas.

Instauração de PADAC referente à expedição de carteiras de identidade para pessoas que retificaram seu gênero/sexo para “não binário” no registro civil.

Entrevista para a TV Câmara sobre o Dia do Orgulho LGBT.

Publicação de artigo na Zero Hora a respeito do Dia do Orgulho LGBT.





PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

Em abril de 2022, a Defensoria Pública garantiu a vaga de uma deficiente auditiva que deixou de tomar posse por **não ouvir as ligações** feitas por comissão de concurso. Devido a isso, outro candidato tomou posse em seu lugar. Sem saber o que fazer, a mulher procurou a Defensoria Pública que, prontamente, ajuizou uma ação. A decisão foi proferida em caráter liminar e estabeleceu o prazo de cinco dias para que o Município dê prosseguimento no concurso em favor da assistida, que já havia sido nomeada.



RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO NÚCLEO

Participação em audiência pública para discussão do PL que institui a Lei Gaúcha da Acessibilidade e Inclusão (LEGAI).

Participação no encontro virtual com grupo de bolsistas da UFRGS, que debateu temas como o modelo social da deficiência e o capacitismo.

XXV Encontro Estadual de Defensoras e Defensores Públicos abordou a temática da acessibilidade atitudinal, com participação do subdirigente do NUDEPED.

Participação na solenidade de abertura da XVIII Semana Estadual da Pessoa com Deficiência de 2022.

Reunião com o presidente da FADERS para tratar de temas como acessibilidade nos municípios do Rio Grande do Sul, CIPTA (Carteira de Identificação da Pessoa com TEA) e demais documentações para pessoas com deficiência e passe livre municipal e intermunicipal.

Instauração de PADAC sobre acessibilidade e gratuidade no transporte público em Porto Alegre. Resposta à consulta acerca de violações de direitos sofridas por réu com deficiência auditiva no momento de sua prisão e sobretudo no interrogatório em sede policial, quanto ao contraditório e à ampla defesa.

Resposta à consulta acerca do direito de acompanhante para pessoas com deficiência visual em espaços públicos e privados, em resposta à demanda de assistida da Defensoria Pública de Pelotas.

Campanha sobre ações afirmativas e combate ao capacitismo, divulgada ao longo do mês de setembro de 2022.



DEFENSORIA ITINERANTE

30

mutirões
realizados

4.975

pessoas
beneficiadas



Cidades contempladas:

Bagé, Caxias do Sul, Encruzilhada do Sul, Herval, Maçambará, Montenegro, Passo Fundo, Pedras Altas, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Porto Alegre, Rio Grande, Sant'Ana do Livramento, Santo Ângelo, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul, Tenente Portela e Uruguaiana.

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

Nos dias 16 e 17 de setembro de 2021, a Defensoria Pública promoveu um mutirão de atendimento às vítimas de fraudes promovidas por instituições financeiras, em Encruzilhada do Sul. A atividade aconteceu na unidade móvel da DPE. No total, **180 pessoas** foram atendidas pela equipe da instituição. Os consumidores lesados, em geral, eram idosos, pensionistas e pessoas de baixa instrução, ou seja, na grande maioria pessoas hipervulneráveis. O objetivo do mutirão foi ressarcir e suspender todos esses empréstimos fraudulentos.



Com foco no superendividamento, a DPE/RS atendeu, no dia 16 de agosto de 2022, **74 pessoas** em um grande mutirão realizado na Avenida Sepúlveda, no Centro de Porto Alegre. Os atendimentos foram voltados a pessoas que estavam com dívidas e não conseguiam renegociar os débitos pendentes. Além de defensores e servidores públicos, uma equipe da UFRGS também auxiliou nos atendimentos e tirou dúvidas da população.



A Defensoria Pública participou, no dia 15 de junho de 2022, de um evento promovido pela Prefeitura de Porto Alegre, em alusão ao Dia Mundial da Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa. Na unidade móvel da instituição, estacionada no Largo Glênio Peres, foram atendidas **111 pessoas**, nas mais diversas áreas de atuação da DPE/RS, como saúde, família, consumidor, moradia, cível, entre outras.



POR DENTRO DA DEFENSORIA

9

reuniões ordinárias

1

reunião extraordinária

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

Aprovação do Regulamento do III Concurso para Provimento dos Cargos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Defensoria Pública do Estado, prevendo, de forma inédita, reserva de vagas para pessoas trans e ampliando para 1% o patamar de reserva de vagas para a população indígena, conforme Resoluções CSDPE nº 05 e 06/2022.

Criação e definição das atribuições das Defensorias Públicas de Antônio Prado, Arvorezinha, Augusto Pestana, Cacequi, Carlos Barbosa, Constantina, Coronel Bicaco, Feliz, Herval, Iraí, Ivoti, Marcelino Ramos, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Restinga Seca, Ronda Alta, Salto do Jacuí, Santa Bárbara do Sul, São Marcos, São Vicente do Sul, Seberi, Tapera e Três Coroas, por meio das Resoluções CSDPE nº 08 e 09/2022, em conformidade com os cargos criados pelas Leis Estaduais nº 15.695/2021, nº 15.696/2021, nº 15.697/2021, nº 15.698/2021, nº 15.699/2021 e nº 15.769/2021.

Criação, entre as Comissões Especiais de Ingresso, para todos os concursos públicos realizados no âmbito da Defensoria Pública, da Comissão Especial Afirmativa de Identidade de Gênero para Pessoas Trans e respectiva comissão recursal, por meio da Resolução CSDPE nº 11/2022.

Realização do procedimento de formação da lista tríplice e escolha ao cargo de Corregedor-Geral da Defensoria Pública do Estado para o biênio 2022-2024.



CORREGEDORIA-GERAL

PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES

AVERIGUAÇÕES PRELIMINARES DEFENSORES PÚBLICOS

Total: **17**
Em andamento: **0**
Arquivados: **17**

AVERIGUAÇÕES PRELIMINARES SERVIDORES

Total: **2**
Em andamento: **0**
Arquivados: **2**
Gerou outro Expediente Administrativo: **1**

AVERIGUAÇÕES PRELIMINARES DEFENSORIAS REGIONAIS

Total: **7**
Em andamento: **0**
Arquivados: **7**

SINDICÂNCIAS DEFENSORES PÚBLICOS

Total: **2**
Em andamento: **0**
Arquivados: **2**

SINDICÂNCIAS SERVIDORES

Total: **9**
Em andamento: **1** (servidor afastado)
Arquivados: **8**
Com parecer pela abertura de PAD: **1**

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES DEFENSORES PÚBLICOS

Total: **0**
Em andamento: **0**
Arquivados: **0**

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES SERVIDORES

Total: **1**
Em andamento: **1**
(*aguardando decisão do Conselho*)
Arquivados com orientação
ou recomendação expedida: **0**

INSPEÇÕES E CORREIÇÕES NAS DEFENSORIAS PÚBLICAS REGIONAIS

Total: **102**
Inspeções: **65**
Correções: **37**

ORIENTAÇÕES ESCRITAS

Total: **11**

PROVIMENTOS, OFÍCIOS CIRCULARES E ORIENTAÇÕES CONJUNTAS

PROVIMENTOS

Provimento nº 02/2021 – Revoga o Provimento nº 21/2020

Provimento nº 03/2021 – Vitaliciedade

Provimento nº 04/2021 – Correições Virtuais

Provimento nº 01/2022 – Altera o Provimento nº 02/2021

Provimento nº 02/2022 – Comunicação do exercício do magistério

OFÍCIOS CIRCULARES

Of. Circular nº 04/2021 – Requisições dados para a ADI 6852

ORIENTAÇÕES GERAIS

Orientação nº 09/2022 – Primeiras Manifestações

Orientação nº 10/2022 – Portal Atendimento Frustrado

Orientação nº 12/2022 – Retomada Atendimento e Fiscalização Presencial Casas Prisionais

VITALICIAMENTO

EXPEDIENTES DE VITALICIAMENTO: **50**

AVALIAÇÕES PRELIMINARES: **1**

VISITAS DE ORIENTAÇÃO: **1**

RELATÓRIOS SEMESTRAIS: **101**

CORREIÇÕES ANUAIS: **79**

RELATÓRIOS FINAIS: **23**

PARECERES

Total: **226**

DESPACHOS ORDINATÓRIOS

Total: **159**

ANÁLISE DE JUSTIFICATIVA PARA NÃO INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS OU DE NÃO APRESENTAÇÃO DE REVISÃO CRIMINAL

Total: **202**

CERTIDÕES

Total: **301**

OFÍCIOS INTERNOS E EXTERNOS

Total: **31**

CONSELHO SUPERIOR

Total: **3 votos**

ANÁLISE DE PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES E CRIAÇÃO DE DEFENSORIAS PÚBLICAS

Parecer nº 121/2021 – Revisão das atribuições DPR Palmeira das Missões

Parecer nº 122/2021 – Revisão das atribuições DPR Frederico Westphalen

Parecer nº 123/2021 – Revisão das atribuições DPR Uruguaiana

Parecer nº 016/2022 – Revisão das atribuições DPR Panambi

Parecer nº 018/2022 – Revisão das atribuições DPR Erechim

Parecer nº 057/2022 – Revisão das atribuições DPR Estrela

Parecer nº 161/2022 – Revisão das atribuições DPR Gravataí

CENTRO DE ESTUDOS, DE CAPACITAÇÃO E DE APERFEIÇOAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA - CECADEP

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

Em fevereiro, foi criado o Centro de Apoio Técnico Especializado (CATE) da Defensoria Pública, órgão que oferece apoio técnico aos membros da DPE, no desempenho de suas funções institucionais. Vinculado ao Centro de Estudos, de Capacitação e de Aperfeiçoamento da Defensoria Pública (CECADEP), o CATE tem por finalidade a prestação de serviços de assistência técnica em áreas como cálculos, testagens de DNA, apoio psicossocial, além de tradução e Libras. O Centro de Apoio Técnico Especializado é responsável por emitir documentos técnicos ou outros elementos de informação e convencimento quanto a fatos ou documentos constantes de autos de processos ou outros procedimentos, qualificando ainda mais o trabalho da DPE. Para o desempenho de suas atividades, o CATE também poderá atuar mediante contrato ou convênio com outras entidades públicas ou privadas.



PORTAL EAD EM NÚMEROS

- 9** novos cursos no Portal EAD do total de 47
- 1.553** novas inscrições nos 47 cursos do Portal EAD
- 1.218** usuários únicos acessaram o portal EAD no ano
- 8.516** acessos

1.294

certificados digitais
de eventos e cursos expedidos

REVISTA DA DEFENSORIA EM NÚMEROS



3 novas edições

87 artigos submetidos

26 novos artigos aprovados por especialistas

46.527 visualizações nos documentos publicados

A Revista da DPERS avançou nos requisitos para aprimorar sua avaliação Qualis-Periódico, qualificando-se para a indexação no DOAJ, um diretório internacional de publicações em acesso aberto, e no portal de Revistas de Livre Acesso (Livre), além do Google Acadêmico.

PROGRAMAS DE ACOLHIMENTO PARA

160

novos servidores

1

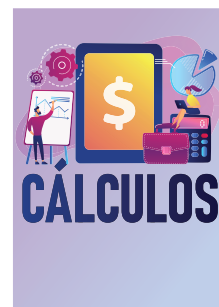
defensora pública

REALIZAÇÃO E APOIO DE

15

eventos presenciais, online e híbridos

CARTILHAS PUBLICADAS



OUVIDORIA-GERAL

6.075

Atendimentos

Tipos de Manifestação

Pedidos de Informação: **4.262**

Reclamações: **1.684**

Sugestões: **5**

Elogios: **45**

Denúncias: **35**

Outros: **44**

1.263

Protocolos novos (abertura de expediente adm.)

Canais de Manifestação

E-mail: **2.230**

Telefone: **3.490**

Presencial: **355**

Diálogos com diversas entidades e movimentos sociais, entre eles movimento negro, movimento de mulheres, comunidades e povos tradicionais (indígenas, pescadores, ciganos, quilombolas e comunidades de terreiro), movimento LGBTQIA+ e movimento de luta pela moradia, auxiliando no acesso desses grupos organizados aos núcleos especializados e diretorias regionais das unidades da Defensoria Pública de várias regiões do Estado, para apresentar suas demandas e viabilizar o atendimento a essas comunidades.

Realização de atividades de formação e debate em parceria com a Associação de Defensoras e Defensores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (ADPERGS), Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul (FESDEP), universidades e entidades da sociedade civil:

Seminário Nacional "Direitos da Natureza e o Papel do Sistema de Justiça Frente às Mudanças Climáticas";

Curso de Verão "Direitos da Natureza: extrativismos e litigância climática";
Roda de conversa entre defensores públicos e comunidades atingidas por grandes empreendimentos minerários no Rio Grande do Sul;

Grupo de Estudos sobre LGBTQIA+;

Audiência Pública "Primeira Infância no Centro: garantindo o pleno desenvolvimento infantil a partir do enfrentamento ao racismo";

Curso "Atuação da Defensoria Pública na questão ambiental";

Curso "Instituições do Sistema de Justiça e os Desafios na Efetivação dos Direitos dos Povos Indígenas";

Oficina autogestionada FSM Justiça e Democracia "Roda de Conversa com Povos e Comunidades Tradicionais";

Oficina autogestionada FSM Justiça e Democracia "Dos Conselhos de Direitos ao Sistema de Justiça: superando as aparências democráticas";

Roda de Conversa entre defensores públicos e movimentos negros.

Representação no Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas na Comissão Especial de Participação Social do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH).

Participação ativa em fóruns e coletivos, a exemplo do Fórum Permanente de Combate à Intolerância e ao Discurso de Ódio (FCI), do Comitê Estadual de Contra a Tortura (CECT-RS) e da Campanha Desejo Zero.

Participação na Missão Denúncia “Violação de Direitos Humanos e Despejos no Brasil” organizada pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana e Campanha Despejo Zero.

Colaboração com pesquisas nacionais sobre acesso à justiça, a exemplo do estudo “Acesso Quilombola à Justiça no Brasil e o Papel das Defensorias Públicas”, executada pela UNICAMP, CONAQ, ANADEP e Fórum Justiça, e do projeto “Mais Defensoria, acesso à justiça e vulnerabilidades” da ONG Transparência Brasil.



Acompanhe o trabalho da
Ouvidoria-Geral no Instagram:
[instagram.com/ouvidoriadpers](https://www.instagram.com/ouvidoriadpers)



Escaneie o QRCode para acessar os
Relatórios Semestrais da Ouvidoria da DPE/RS.



ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

1.638

postagens no Instagram,
Facebook e Twitter

4.000+

inserções na mídia

294

entrevistas intermediadas
com defensores públicos
na imprensa

12

cartilhas desenvolvidas
em parceria com os
Núcleos Especializados da
instituição

568

matérias publicadas no
site institucional

611

matérias publicadas na
intranet (site interno)

57

vídeos no youtube

51

vídeos (Defensoria Informa
e #Na Mídia)

Edição, diagramação e padronização de 64 boletins informativos mensais enviados pelos Núcleos Especializados a defensores, servidores e público externo.

Novo formato de envio de comunicados aos servidores e defensores, por meio de pequenos vídeos.

290 comunicados internos enviados via lista de transmissão para defensores e servidores.

Produção de vídeos especiais para datas comemorativas.

Criação do #DropsDefensoria para destacar entrevistas com defensores e defensoras.

Desenvolvimento de novos leiautes para campanhas e conteúdos.

Reforço da presença em redes sociais (Facebook, Instagram, YouTube, Spotify, Twitter), com aumento significativo de seguidores.

Organização de grandes eventos (XXIV e XXV Encontros Estaduais de Defensoras e Defensores Públicos).

Aprimoramento e expansão da comunicação interna e externa.

A Defensoria Pública do Estado, em parceria com a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS), passou a divulgar em seus canais de comunicação, em agosto de 2022, as vagas de emprego disponíveis no Estado. A ideia é reforçar e ampliar a divulgação das oportunidades. Inicialmente, estão sendo divulgadas as vagas em Porto Alegre e Região Metropolitana, onde há maior procura. Além disso, as oportunidades de emprego são veiculados em vídeos nas TVs das salas de espera da Defensoria para que os interessados, que aguardam atendimento, tenham conhecimento das ofertas na região.

O vídeo especial produzido pela Assessoria de Comunicação da Defensoria Pública do Estado para o 20 de setembro de 2022 registrou quase **20 mil visualizações em apenas 24 horas**. Neste ano, a ASCOM entrevistou Gabriella Meindrad, a primeira prenda trans homenageada pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), em 2019. Em 2022, Gabriella foi escolhida presidente da Comissão dos Festejos Farroupilhas, cujo tema foi "Etnias do Gaúcho: Rio Grande, Terra de Muitas Terras". As visualizações somam Instagram, Facebook e Youtube da Defensoria Pública, além da postagem feita pela entrevistada no seu próprio perfil do Instagram.



CERIMONIAL

600+

acompanhamentos
em eventos

DEFENSORIA PÚBLICA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

